

**REGIMENTO INTERNO**

**PROSUL - ASSOCIAÇÃO DE  
BENEFÍCIOS**

OAB/SC: 1.880    ADVOGADOS ASSOCIADOS

## SUMÁRIO

<b>TÍTULO I</b> .....	<b>1</b>
CAPÍTULO I - LEGITIMIDADE, PUBLICIDADE E OBJETIVOS .....	1
CAPÍTULO II - COMO TORNAR-SE ASSOCIADO .....	2
<b>TÍTULO II - DOS BENEFÍCIOS</b> .....	<b>3</b>
CAPÍTULO I - DO BENEFÍCIO DO CLUBE DE DESCONTOS .....	3
CAPÍTULO II - DO BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA 24H .....	4
CAPÍTULO III - AUXÍLIO TÁXI/UBER/GARUPA .....	7
CAPÍTULO IV – AUXÍLIO FUNERAL .....	7
CAPÍTULO V – DO BENEFÍCIO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL .....	7
CAPÍTULO VI – DO BENEFÍCIO DE CARRO RESERVA .....	7
CAPÍTULO VII – PROTEÇÃO PARA VIDROS LATERAIS, TRASEIRO E PARA- BRISAS .....	10
CAPÍTULO VIII - DO BENEFÍCIO DA REPARTIÇÃO DE PREJUÍZOS MATERIAIS - BRPM.....	12
CAPÍTULO IX - DO EQUIPAMENTO RASTREADOR.....	18
CAPÍTULO X – DOS BENEFÍCIOS ADICIONAIS .....	19
<b>TÍTULO III – DAS MENSALIDADES</b> .....	<b>22</b>
<b>TÍTULO IV - DOS EVENTOS PROTEGIDOS PELO BENEFÍCIO DA REPARTIÇÃO DE PREJUÍZOS MATERIAIS - BRPM</b> .....	<b>23</b>
CAPÍTULO I - DO LIMITE DA PROTEÇÃO PELO BENEFÍCIO DA REPARTIÇÃO DE PREJUÍZOS MATERIAIS - BRPM .....	25
CAPÍTULO II - PROCEDIMENTO PARA REQUERER O BENEFÍCIO DA REPARTIÇÃO DE PREJUÍZOS MATERIAIS - BRPM.....	27
CAPÍTULO III - TERCEIROS .....	35
CAPÍTULO IV – SITUAÇÕES EM QUE O ASSOCIADO PERDERÁ O DIREITO AO BENEFÍCIO DA REPARTIÇÃO DE PREJUÍZOS MATERIAIS - BRPM .....	40
CAPÍTULO V - EVENTOS QUE O BENEFÍCIO DA REPARTIÇÃO DE PREJUÍZOS MATERIAIS NÃO ABRANGE .....	43
CAPÍTULO VI – DISPOSIÇÕES FINAIS AO BRPM .....	46
<b>TÍTULO V – DA VIGÊNCIA DO BENEFÍCIO</b> .....	<b>46</b>
<b>TÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS</b> .....	<b>47</b>
CAPÍTULO I - PRINCÍPIOS DO ASSOCIATIVISMO (BOA-FÉ OBJETIVA E COLABORAÇÃO MÚTUA ENTRE ASSOCIADOS).....	47
CAPÍTULO II - DA SUB-ROGAÇÃO DE DIREITOS .....	47
CAPÍTULO III - DO CANAL DE ATENDIMENTO (DADOS PESSOAIS) .....	48
CAPÍTULO IV - PERÍODO DE VIGENCIA E VALIDADE DESTE REGIMENTO INTERNO.....	48



## REGIMENTO INTERNO DA PROSUL – ASSOCIAÇÃO DE BENEFÍCIOS

### TÍTULO I

#### CAPÍTULO I - LEGITIMIDADE, PUBLICIDADE E OBJETIVOS

**Artigo 1º** - O presente Regimento Interno da PROSUL – ASSOCIAÇÃO DE BENEFÍCIOS foi criado nos termos do Estatuto Social desta Associação e em consonância com as disposições constantes no artigo 5º, XVII a XXI da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e artigos 53 a 61 do Código Civil Brasileiro de 2002.

**Artigo 2º** - A diretoria, portanto, torna público o presente Regimento Interno registrando-o no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Tubarão/SC, o que dará publicidade a todos os associados e a quem interessar, cujas normas devem ser seguidas por todos os associados, assegurando direitos e obrigações, sob pena de incidência das cominações legais em caso de descumprimento, desrespeito ou infringência as suas normas.

**Artigo 3º** - Dessa forma, as condições para o bom funcionamento da Associação e acesso dos associados aos benefícios oferecidos deverão obedecer às regras aqui especificadas.

**Parágrafo Único** - A Associação tem como objetivo reunir pessoas com a finalidade de buscar minimizar prejuízos, danos e custos de serviços pela vertente do mutualismo, criando, organizando e promovendo os mais diversos tipos de benefícios aos seus associados, os quais possam trazer-lhes economia financeira e segurança, através da contratação de serviços de terceiros, meios próprios ou parcerias, nos seguintes termos:

- a) **Contratação de terceiros:** conforme o número de associados, é possível contratar com terceiros seguros de vida, seguro residência, seguro funeral, assistência jurídica, sistema de monitoramento veicular, assistência 24 horas auto, assistência 24 horas residência etc;
- b) **Meios próprios:** conferir aos associados os mais variados meios de proteção de veículos, através de rateio coletivo e mútuo, tendo como princípio fundamental a recíproca colaboração solidária entre os associados, que é a essência do associativismo;
- c) **Parcerias:** conferir aos seus associados descontos na compra ou execução de produtos e/ou serviços em farmácias, postos de combustíveis, planos de saúde, serviços jurídicos etc.

**Artigo 4º** - Este Regimento tem como objetivo estabelecer regras, de como são organizadas e disponibilizadas as modalidades de benefícios oferecidos pela PROSUL – ASSOCIAÇÃO DE BENEFÍCIOS aos seus associados, de como e quando o associado terá direito a requerer estes benefícios, especificar quais as contribuições sociais serão devidas, seus respectivos valores, periodicidade de pagamento e atualizações.



**Parágrafo Único** - A diretoria, ao estabelecer o regimento para a concessão de cada benefício e sua respectiva contribuição social, observará o princípio da melhor administração possível, princípio que impera os atos dos diretores eleitos pelos associados.

## **CAPÍTULO II - COMO TORNAR-SE ASSOCIADO**

**Artigo 5º** - Para tornar-se Associado da PROSUL – ASSOCIAÇÃO DE BENEFÍCIOS, o pretendente deverá firmar sua intenção através do preenchimento do termo de filiação junto à associação, apresentando cópia acompanhada dos originais dos seguintes documentos:

- a) RG<sup>1</sup> e CPF<sup>2</sup> ou Carteira Nacional de Habilitação - CNH<sup>3</sup>;
- b) Comprovante de residência atualizado (dos últimos 3 meses, energia ou água);
- c) No termo de filiação, optar por qual categoria de associado deseja participar;
- d) No termo de filiação, assinalar o plano e benefícios que deseja aderir.

**Parágrafo 1º** - Se o candidato a associado desejar participar do benefício da repartição de prejuízos materiais - BRPM, deverá apresentar cópia acompanhada dos seguintes documentos originais:

- a) CRLV<sup>4</sup> ou CRV<sup>5</sup> do veículo a ser cadastrado;
- b) No caso de veículos (0 Km), apresentar nota fiscal do revendedor ou fabricante;
- c) Caso o veículo a ser cadastrado esteja em nome de pessoa jurídica o candidato deverá apresentar o respectivo Contrato Social ou Estatuto Social acompanhado da CNH do sócio administrador;
- d) Declaração de propriedade, quando o veículo a ser cadastrado esteja em nome de pessoa diversa a do associado;
- e) Efetuar a vistoria<sup>6</sup> no veículo a ser cadastrado, preenchendo termo próprio e anexando fotografias;
- f) Firmar plena aceitação das condições do Estatuto Social e Regimento Interno desta Associação.

**Parágrafo 2º** - No momento da filiação, o associado que optar por participar do BRPM, deverá informar o tipo do veículo e escolher o plano desejado, sendo eles:

- a) Plano P1;
- b) Plano P2;
- c) Plano P3;

<sup>1</sup> Carteira de Identidade ou RG (Registro Geral) é um documento de identificação civil emitido pelos órgãos de segurança dos Estados da Federação e pelo Distrito Federal. O RG está previsto na Lei Nº 7116/83, sendo regulamentado pelo Decreto nº 89.250/83.

<sup>2</sup> Cadastro de Pessoa Física.

<sup>3</sup> Carteira Nacional de Habilitação.

<sup>4</sup> Certificado de registro e licenciamento de veículo (CRLV) é um documento que todo proprietário de veículo automotivo deve possuir no Brasil, de acordo com a Lei 13.281/2016.

<sup>5</sup> Certificado de Registro de Veículo.

<sup>6</sup> A Associação não faz no ato da vistoria nenhuma avaliação do valor de mercado do veículo, nem certifica a sua legalidade e/ou procedência.



d) Plano P4.

**Parágrafo 3º** - Cada plano possuirá diferentes benefícios oferecidos pela Associação ao associado, conforme tabelas que seguem ao final deste regimento (anexos I e II) e de acordo com os artigos dispostos neste regimento.

**Parágrafo 4º** - Após apresentada toda a documentação acima citada, a Associação terá 5 (cinco) dias úteis para deferir ou indeferir o pedido, e conforme disposto no Estatuto Social da PROSUL – ASSOCIAÇÃO DE BENEFÍCIOS, esta reserva-se ao direito de indeferir o pedido de associação de qualquer pessoa física ou jurídica baseada em critérios discricionários relacionados aos princípios do associativismo e mutualismo.

**Parágrafo 5º** - Na hipótese de indeferimento do pedido de associação, os valores referentes a taxa de filiação eventualmente pagos pelo candidato lhe serão ressarcidos.

**Parágrafo 6º** - O associado tem ciência que o aceite poderá ser realizado na modalidade digital e terá validade legal para o ingresso na Associação, devendo o associado seguir todas as regras e normas estabelecidas no Estatuto Social e Regimento Interno da Associação.

- a) Entende-se por aceite digital o registro das evidências técnicas do momento do aceite, permitindo o seu uso futuro para comprovação do ato entre associado e Associação, realizados via digital por aplicativo de internet, como WhatsApp, trocas de e-mail e qualquer outra forma eletrônica de comunicação;
- b) O aceite digital é indicado para formalizar qualquer ato digital que necessite de concordância da outra parte, como, por exemplo, o “de acordo” em um contrato de adesão, o aceite de uma ordem de serviço ou um termo de uso, a aprovação de um orçamento ou proposta comercial, ou a confirmação de um pedido, ou seja, qualquer tipo de aprovação, aceite ou autorização eletrônica necessária.

**Parágrafo 7º** - Caso o associado pretenda substituir o veículo cadastrado, deverá solicitar, em termo<sup>7</sup> próprio, o cadastramento do novo veículo mediante nova vistoria e adequação da contribuição mensal, se necessário. Ressalta-se que, sendo substituído, o veículo anterior, ainda que permaneça no nome do associado, em hipótese alguma terá direito a qualquer benefício junto à Associação.

**Parágrafo 8º** - Na hipótese do parágrafo 7º, o histórico de sinistros do veículo substituído será considerado na análise de novas solicitações de benefícios, nos termos deste Regimento Interno.

## TÍTULO II - DOS BENEFÍCIOS

### CAPÍTULO I - DO BENEFÍCIO DO CLUBE DE DESCONTOS

<sup>7</sup> “Termo de Substituição de Veículo”.



**Artigo 6º** - Todo associado, ao ingressar nos quadros da Associação, passará a participar do clube de descontos, o qual compreende descontos nos produtos ou serviços que são fornecidos por empresas parceiras.

**Parágrafo 1º** - A Diretoria em exercício buscará, a todo momento, angariar parcerias dos mais variados ramos, tais como: farmácias, postos de combustíveis, mercados, oficinas mecânicas, oficinas elétricas, clínicas etc., com o intuito de que o associado possa obter descontos em seu dia a dia.

**Parágrafo 2º** - A relação com as empresas parceiras e seus respectivos descontos estará disponível na sede da Associação e em seus pontos de atendimento.

**Parágrafo 3º** - A Associação não se responsabiliza pelos produtos ou serviços prestados por empresas parceiras, nem mesmo pelo pagamento do serviço ou produto recebido pelo associado. Vale ressaltar que essa relação é direta entre associado e empresa parceira, sem interferência da Associação.

**Parágrafo 4º** - O valor da contribuição social/mensalidade para adesão a este benefício é definido pela Diretoria em exercício e colocado à disposição dos associados nos quadros de aviso da Associação.

## **CAPÍTULO II - DO BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA 24H**

**Artigo 7º** - O Associado poderá aderir ao benefício da assistência 24h manifestando sua vontade no ato de seu ingresso nos quadros de associados da Associação ou após sua entrada, a qualquer momento, por meio de solicitação em termo próprio fornecido pela Associação.

**Artigo 8º** - O benefício da assistência 24h poderá ser executado por meios próprios ou pela contratação de empresa terceirizada, nos termos do Estatuto Social, sempre procurando alcançar o equilíbrio entre economia e eficiência nos benefícios fornecidos ao associado.

**Artigo 9º** - O benefício da assistência 24h terá seu valor definido pela diretoria em exercício, sendo informado ao associado no ato de sua adesão, devendo tal valor ser incluso na contribuição social mensal.

**Artigo 10** - O benefício da assistência 24h funcionará da seguinte forma:

- a) No ato de adesão ao benefício, o Associado deverá indicar um veículo que será o beneficiado, devendo apresentar cópia acompanhada de original do CRLV ou CRV do veículo a ser cadastrado;
- b) Será emitido um boleto com o valor do benefício aderido ou acrescentado o valor respectivo no boleto referente à contribuição social mensal.

**Artigo 11** - Os associados da PROSUL poderão usufruir dos serviços desde que comuniquem o evento, que é fato gerador do direito à utilização do serviço, por meio da



central de assistência 24h da PROSUL, canal telefônico gratuito disponibilizado 0800 191 0400.

**Parágrafo único** - Constituem serviços do benefício da assistência 24h a serem disponibilizados aos associados da PROSUL:

- a) Serviço de guincho/reboque:
  - I- em caso de acidente, roubo ou furto do veículo;
  - II- em caso de pane seca;
  - III- em caso de pane elétrica e pane mecânica.
- b) Serviço de chaveiro.

#### SEÇÃO I – SERVIÇO DE GUINCHO/REBOQUE

**Artigo 12** - As solicitações de guincho devem, obrigatoriamente, serem feitas através da central de assistência 24h da PROSUL, sendo que chamadas particulares não serão reembolsáveis.

**Parágrafo 1º** - O guincho/reboque a ser enviado atenderá à capacidade necessária para remoção do veículo cadastrado na Associação, não sendo realizado o transporte de eventual carga e/ou bens existentes no interior do veículo.

**Parágrafo 2º** - O associado deverá deixar o veículo a ser rebocado e/ou removido em condições para tanto, retirando eventual carga e/ou demais bens existentes no interior do veículo, a fim de que os serviços possam ser realizados de forma imediata assim que a assistência chegar ao local.

**Parágrafo 3º** - A contagem da quilometragem utilizada iniciará da saída da base do guincho/reboque e se encerrará com a chegada na base, ou seja, no mesmo local de onde o guincho/reboque partiu.

**Parágrafo 4º** - A remoção e deslocamento do veículo não poderá ser superior ao limite de quilometragem estabelecido no plano do associado (anexos I e II), salvo nos casos de guincho/reboque ilimitado.

**Parágrafo 5º** - A quantidade de utilizações e limite de quilometragem estabelecidas nos planos não são cumulativas, incluindo nessa soma qualquer serviço utilizado em caso de pane no veículo, seja pane seca, mecânica ou elétrica.

**Parágrafo 6º** - Caso o associado solicite a remoção e deslocamento para local que não seja o mais próximo ou que ultrapasse o limite de quilometragem aderido, o benefício poderá ser negado. Em caso de concessão, o valor excedente será pago de forma antecipada pelo associado diretamente ao prestador de serviços contratado.

**Parágrafo 7º** - O serviço de remoção e deslocamento do veículo será prestado de forma contínua, em ato único, não podendo ser fracionado o respectivo percurso.



**Parágrafo 8º** - O serviço de guincho/reboque não inclui os serviços que exigem o uso de equipamentos especiais, tais como muncck, guindaste e outros equipamentos similares para içamento ou resgate de veículo em condições excepcionais. Caso o associado autorize a utilização dos referidos equipamentos, ficará ao seu encargo todos os custos para a execução dos serviços.

**Parágrafo 9º** - O benefício de guincho/reboque poderá ser utilizado novamente somente após decorrido o prazo de 30 dias da solicitação anterior, salvo nos casos em que este é ilimitado.

#### Subseção I – Serviço de Guincho/Reboque em caso de Acidente, Roubo ou Furto

**Artigo 13** - Em caso de acidente, roubo ou furto, em que o veículo do Associado não tiver condições de locomoção própria, o veículo será transportado por meio de guincho/reboque vinculado, acionado pelo *call center* da associação, do endereço do evento diretamente ao pátio do guincho ou sede da Associação.

**Parágrafo único** – No caso descrito no artigo acima, o serviço será ilimitado aos associados que possuírem tal benefício (anexos I e II).

#### Subseção II - Serviço de Guincho/Reboque em caso de Pane Seca

**Artigo 14** – Nos casos em que o veículo cadastrado ficar sem combustível, será disponibilizado o serviço de guincho/reboque, o qual levará o veículo do local onde ocorreu a pane seca até o posto de combustível mais próximo.

**Parágrafo 1º** - A quantidade de utilizações e limite de quilometragem será aquela estabelecida conforme tipo do veículo e plano aderido (anexos I e II).

**Parágrafo 2º** - O custo com o reabastecimento do veículo será por conta do associado.

#### Subseção III – Serviço de Guincho/Reboque em caso de Pane Elétrica e Mecânica

**Artigo 15** – Nos casos em que veículo cadastrado vier a apresentar pane elétrica e/ou mecânica que impeça sua locomoção, será disponibilizado o serviço de guincho/reboque de onde o veículo apresentou a pane até a auto elétrica ou mecânica mais próxima.

**Parágrafo 1º** - A quantidade de utilizações e limite de quilometragem será aquela estabelecida conforme tipo do veículo e plano aderido (anexos I e II).

**Parágrafo 2º** - O custo com a reparação elétrica e/ou mecânica e peças do veículo será por conta do associado.

## SEÇÃO II - SERVIÇO DE CHAVEIRO

**Artigo 16** – Nos casos em que o veículo estiver trancado e não puder ser aberto em razão da perda ou esquecimento das chaves no interior do veículo, será enviado um chaveiro para abertura ou retirada da chave do veículo.



**Parágrafo 1º** - O limite de utilização será aquele estabelecido conforme o tipo do veículo e plano aderido, não havendo acúmulo por não utilização (anexos I e II).

**Parágrafo 2º** - O benefício cobrirá o deslocamento do chaveiro e o serviço de abertura da porta do veículo. A Associação não cobrirá as despesas com a confecção das chaves.

### **CAPÍTULO III - AUXÍLIO TÁXI/UBER/GARUPA**

**Artigo 17** - Nos casos em que o veículo necessite ser rebocado, e o associado necessite de transporte, a Associação reembolsará o associado com as despesas de táxi/uber/garupa até o limite de R\$ 100,00 (cem reais), mediante entrega de comprovante das despesas com o transporte.

**Parágrafo único** - O limite de utilização será aquele estabelecido conforme o tipo do veículo e plano aderido (anexos I e II), não havendo acúmulo por não utilização.

### **CAPÍTULO IV - AUXÍLIO FUNERAL**

**Artigo 18** - Em caso de morte decorrente de acidente de trânsito, do condutor do veículo cadastrado na associação ou do associado na condição de condutor ou passageiro do veículo cadastrado, o associado fará jus ao auxílio funeral, mediante apresentação de comprovante das despesas com o funeral, no valor estabelecido conforme o tipo do veículo e plano aderido (anexos I e II).

**Parágrafo Único** – Em caso de acidente que resulte na morte de dois ocupantes do veículo cadastrado (condutor do veículo e associado na condição de passageiro), o benefício cobrirá somente as despesas com o funeral do associado, até o limite descrito acima.

### **CAPÍTULO V - DO BENEFÍCIO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL**

**Artigo 19** – Nos casos em que o associado for condenado por decisão judicial transitada em julgado, ao pagamento de danos morais em favor de terceiro, em razão de acidente de trânsito envolvendo o veículo cadastrado na Associação, o associado fará jus ao benefício de indenização por dano moral ao terceiro, o qual será pago judicialmente, até o limite estabelecido conforme o tipo do veículo e plano aderido (anexos I e II).

### **CAPÍTULO VI – DO BENEFÍCIO DE CARRO RESERVA**

**Artigo 20** - Nos casos de eventos provenientes de acidente<sup>8</sup> com danos parciais ao veículo, e que tenha sido realizado acionamento para reparação do veículo cadastrado e pagamento de quota de participação, o associado poderá requerer um carro reserva.

---

<sup>8</sup> Assim compreendido, para fins deste Regimento, a colisão ou abalroamento entre veículos automotores, a colisão ou abalroamento do veículo cadastrado em bem semovente e a capotagem do veículo cadastrado.



**Parágrafo 1º** - Este benefício concede ao associado a disponibilização de veículo automotor do tipo automóvel de passeio, modelo popular, sem obrigação de opcionais ou automatizado, pelo prazo estabelecido conforme o plano escolhido pelo associado (anexos I e II).

**Parágrafo 2º** - Entende-se por automóvel de passeio, modelo popular, o veículo de motorização de até 1.000 (mil) cilindradas, duas ou quatro portas, pintura sólida, direção mecânica, e sem acessórios.

**Parágrafo 3º** - Veículos com finalidade de aluguel, táxi, utilizados para transporte de mercadorias ou de uso comercial em geral, transporte de passageiros ou utilização em aplicativos (Uber, 99, Cabify, Easy, Lyft, BlaBla Car, Wappa, Ifood etc.) não farão jus ao benefício de carro reserva, independentemente do valor do veículo e do plano aderido.

**Parágrafo 4º** - A disponibilização e a entrega do automóvel pela locadora ficam condicionadas ao cumprimento, por parte do beneficiário, das exigências e condições impostas pela locadora, como documentos, taxas, consultas e garantias necessárias exigidas para liberação do veículo.

**Parágrafo 5º** - O veículo ficará sob a responsabilidade do beneficiário, que deverá ler atentamente as cláusulas e condições do contrato de aluguel fornecido pela locadora no momento da retirada do veículo. Nessas condições estarão especificados valores de cota de participação e limite de indenização em caso de sinistro com o carro alugado.

**Parágrafo 6º** - O contrato de aluguel será firmado entre o beneficiário e a locadora, sendo a Associação responsável única e exclusivamente pelo pagamento da tarifa de locação do veículo pelo período de dias contratados, ou seja, a associação não terá responsabilidade em caso de quaisquer incidentes ou sinistros que porventura aconteçam com o benefício durante o período de locação do veículo.

**Parágrafo 7º** - A disponibilização do automóvel é destinada ao uso do beneficiário exclusivamente durante o período estabelecido. Caso o beneficiário utilize o veículo por período superior, será de sua única e exclusiva responsabilidade o pagamento do valor da(s) diária(s) excedente(s).

**Parágrafo 8º** - Se o associado/beneficiário optar por alugar outro veículo que não o popular indicado acima, deverá desembolsar, além da cota de participação, os valores correspondentes à diferença de tarifa/diária entre o modelo popular e o efetivamente escolhido, custo este que de modo algum poderá ser imputado à Associação.

**Parágrafo 9º** - As diárias não utilizadas do benefício, não poderão ser aproveitadas em período posterior, ou seja, não são cumulativas.

**Parágrafo 10º** - A solicitação e o acionamento do benefício de carro reserva deverá ocorrer de segunda à sexta-feira, em horário comercial.



**Parágrafo 11º** - No ato do acionamento, em casos de acidente, o beneficiário do plano deverá, obrigatoriamente, encaminhar os documentos abaixo:

- a) Cópia da CNH - Carteira Nacional de Habilitação do Condutor;
- b) Cópia do CRLV - Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo;
- c) Cópia do Boletim de Ocorrência.

**Parágrafo 12º** - O beneficiário deverá submeter-se às normas da empresa locadora conveniada à Associação, disponibilizando a documentação necessária para a liberação do automóvel e responsabilizando-se pela guarda e uso do veículo durante o período da locação.

**Parágrafo 13º** - O prazo de liberação e a entrega do automóvel ao beneficiário estão condicionados à disponibilidade pela locadora no ato do pedido, o qual ocorrerá somente após a entrega da documentação necessária.

**Parágrafo 14º** - O beneficiário deverá retirar o automóvel em local pré-determinado pela empresa locadora conveniada da Associação, devendo para tanto deixar uma caução no valor estabelecido pela locadora para retirada do veículo. O valor deixado em caução servirá como garantia com eventuais despesas ocorridas no veículo locado. Em não havendo nenhum detalhe no veículo, o valor será integralmente estornado.

**Parágrafo 15º** - O veículo liberado pela locadora conveniada à Associação ficará sob a guarda e a responsabilidade do beneficiário de acordo com as cláusulas e as condições do contrato de aluguel fornecido pela locadora no momento da retirada do veículo.

**Parágrafo 16º** - O beneficiário é o único responsável durante o período de locação do veículo por todas as multas, pedágios, despesas de combustível e diárias extras pelo período excedente ao autorizado, sempre de acordo com as cláusulas e condições do contrato de locação firmado com a locadora.

**Parágrafo 17º** - O beneficiário se compromete e se responsabiliza em caso de acidente, incêndio, furto ou roubo por comunicar o evento imediatamente aos órgãos competentes à locadora, providenciando o boletim de ocorrência policial e, quando necessário, laudo pericial.

**Parágrafo 18º** - Serão também de inteira responsabilidade do beneficiário os custos relativos ao uso do automóvel disponibilizado pela locadora.

**Parágrafo 19º** - Fica vedado ao beneficiário permitir que outra pessoa conduza o veículo locado, responsabilizando-se por todos os eventos que decorram de empréstimo ou transferência do veículo a terceiros sem a prévia autorização da locadora.

**Parágrafo 20º** - O período de disponibilização do automóvel pela empresa locadora será contado a partir da data da entrega ao beneficiário, com o local e a data de devolução previamente definidos pela empresa locadora.



**Parágrafo 21º** - A devolução do automóvel deverá ocorrer independente da entrega ou não do veículo a ser consertado pela oficina reparadora.

**Parágrafo 22º** - O beneficiário que devolver o automóvel em local diferente do especificado pela locadora, ou que ultrapasse os dias acordados, fica exclusivamente responsável pelo pagamento das despesas de deslocamento, tarifa/diária e quilometragem excedente.

**Parágrafo 23º** - Terminado o prazo estipulado, caso o beneficiário queira permanecer com o veículo locado, deverá comunicar-se com a locadora para prorrogação, sendo de sua exclusiva responsabilidade o pagamento do excedente.

**Parágrafo 24º** - O beneficiário se responsabilizará pelo pagamento integral das diárias de locação do automóvel disponibilizado pela locadora se for constatado, após o fornecimento do carro reserva, o não direito ao benefício por qualquer motivo contratual.

**Parágrafo 25º** - Sem prejuízo da qualidade do serviço prestado, a Associação se reserva o direito de alterar e/ou substituir as empresas locadoras conveniadas durante a vigência do contrato de garantia do benefício.

**Parágrafo 26º** - As locações de veículos serão prestadas em todo território nacional, mas especificamente nos locais onde as empresas prestadoras possuem lojas ou representações.

**Artigo 21** – O associado que possuir o benefício do carro reserva e, na ocorrência de evento descrito no artigo 20, optar por dispensar o benefício, terá R\$ 400,00 (quatrocentos reais) de desconto no valor da quota de participação para reparação do veículo.

**Parágrafo 1º** – O valor do desconto não será alterado, independentemente da quantidade de dias de carro reserva que o associado possuir.

**Parágrafo 2º** - A renúncia ao benefício possui caráter irrevogável, isentando a associação de qualquer responsabilidade de concessão do carro reserva referente ao evento que houve a renúncia.

## **CAPÍTULO VII - PROTEÇÃO PARA VIDROS LATERAIS, TRASEIRO E PARA-BRISAS**

**Artigo 22** - O presente benefício garante ao associado a substituição ou o reparo em caso de quebra dos seguintes itens: vidros laterais, traseiro e para-brisas.

**Parágrafo 1º** - A Associação não cobrirá o valor total da troca, sendo que a cota parte da Associação e o limite de utilização serão aqueles estabelecidos conforme o tipo do veículo e plano aderido (anexos I e II), não havendo acúmulo por não utilização.



**Parágrafo 2º** - A cota parte da Associação terá como limite o valor de até R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), considerando a mão de obra e material.

**Parágrafo 3º** - O pagamento da cota parte do associado deverá ser pago diretamente à oficina reparadora, nas condições que esta exigir.

**Parágrafo 4º** - A adesão a esse benefício está condicionada a realização de vistoria prévia.

**Artigo 23** - Para utilização do benefício, é obrigatório o contato com a Associação através do telefone disponibilizado ao associado, a qual informará o procedimento e locais onde serão realizados os orçamentos, o reparo ou a substituição da peça.

**Parágrafo 1º** - Os serviços de troca e/ou reparo serão executados por empresas referenciadas presentes em todo o território nacional.

**Parágrafo 2º** - O item será trocado sempre no orçamento mais baixo, independentemente deste orçamento ser do Associado ou da Associação.

**Parágrafo 3º** - Em casos de troca do vidro, a reposição será feita pelo mesmo tipo e modelo do vidro do veículo.

**Parágrafo 4º** - Em caso de danos em peças adaptadas, serão repostas as peças com as mesmas especificações técnicas das originais de fábrica.

**Parágrafo 5º** - A reposição dos vidros está vinculada à disponibilidade do item no mercado.

**Parágrafo 6º** - As peças repostas serão de marcas que atendam às especificações das montadoras e de segurança, porém podem não possuir o logotipo de identificação da montadora, e podem possuir atualizações.

**Parágrafo 7º** - Em decorrência do ano de fabricação do veículo, poderá ser notada na substituição da peça alguma diferença no que diz respeito à cor, tamanho do degradê e serigrafia pelo desgaste natural da peça antiga.

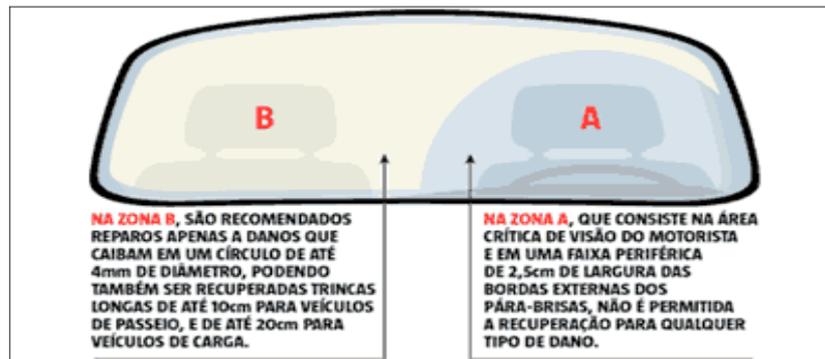
**Parágrafo 8º** - Em caso de necessidade de substituição de guarnições ou quaisquer outros acessórios correlatos, a responsabilidade pelo pagamento destes serviços e/ou itens será única e exclusiva do associado.

**Parágrafo 9º** - O prazo para troca é de 30 (trinta) dias dependendo da região e disponibilidade da peça, podendo sofrer alteração em caso de justificada impossibilidade de troca dentro do prazo.

**Parágrafo 10º** - A associação não será responsável pelos prejuízos financeiros sofridos pelo associado, em razão da paralisação do veículo durante o período de troca e/ou reparo dos vidros.

**Parágrafo 11º** - Não haverá reembolso se a troca e/ou reparo ocorrer sem a prévia autorização da Associação.

**Artigo 24** – A reparação do para-brisa será realizada nos casos permitidos, conforme especificado abaixo:



- a) Adesivos são provisórios e não impedem o crescimento da trinca. Após sua aplicação, o associado deve solicitar o reparo o mais rápido possível;
- b) Não poderá ser colocado adesivos na sua linha de visão (zona A);
- c) A cobertura atende às normas de segurança automotivas internacionais, resgatando a integridade estrutural do para-brisa.

**Artigo 25** - Além das exclusões constantes neste regimento interno, consideram-se riscos excluídos para este serviço:

- a) Danos causados a vidros blindados, veículos especiais e/ou transformados, teto solar, veículos conversíveis e veículos importados por empresas independentes;
- b) Danos existentes nos vidros antes da adesão ao benefício;
- c) Riscos e manchas nos vidros;
- d) Danos específicos de manutenção e desgaste natural;
- e) Guarnição da borracha;
- f) Frisos estéticos;
- g) Canaletas;
- h) Películas protetoras;
- i) Peça com infiltração, ação química ou outro dano que não seja a quebra;
- j) Delaminação;
- k) Palhetas automotivas;
- l) Roubo ou furto e atos de vandalismo exclusivos dos vidros e para-brisas.

## **CAPÍTULO VIII - DO BENEFÍCIO DA REPARTIÇÃO DE PREJUÍZOS MATERIAIS - BRPM**

**Artigo 26** - O benefício da repartição de prejuízos materiais, denominado BRPM, funciona com o agrupamento de pessoas físicas e/ou jurídicas, que optarem por aderir a este benefício, com o intuito de, na defesa do seu patrimônio, ratear despesas advindas



de um evento futuro voltado à ajuda mútua entre associados deste grupo, sem qualquer finalidade lucrativa.

**Parágrafo 1º** – A proteção oferecida pela associação aos seus associados a título de BRPM não constitui seguro, pois não há pagamento de prêmio prévio, além de inexistirem cálculos atuariais e perfis de risco.

**Parágrafo 2º** - No caso de superveniência de eventos danosos futuros, observados os limites estabelecidos neste regimento e no termo de adesão do associado, será feita a distribuição dos possíveis prejuízos materiais mediante rateio cooperativo variável.

**Artigo 27** - O Associado poderá aderir ao BRPM manifestando sua vontade no ato de seu ingresso nos quadros de associados da Associação ou após sua entrada, a qualquer momento, por meio de solicitação em termo próprio fornecido pela Associação, indicando o veículo que deseja cadastrar.

**Parágrafo 1º** - Para os associados que desejarem cadastrar veículo no sistema de repartição de prejuízos materiais, deverão informar, no ato de sua solicitação, a finalidade a que o veículo se destina, podendo ser particular, táxi, aluguel, utilizados para transporte de mercadorias ou de uso comercial em geral, transporte de passageiros ou utilização em aplicativos (Uber, 99, Cabify, Easy, Lyft, BlaBla Car, Wappa, Ifood etc.).

**Parágrafo 2º** - Caso o associado omita ou preste informações diversas da realidade dos fatos, estando em condições diversas das declaradas, não terá direito ao benefício da repartição de prejuízos materiais, além de ser submetido a processo de exclusão pela prática de falta grave.

**Artigo 28** - Para ser aceito no grupo de BRPM, o associado deverá seguir os seguintes passos:

- a) O associado manifesta sua vontade de participar do BRPM através do preenchimento de solicitação<sup>9</sup>, informando os dados do(s) veículo(s) a ser cadastrado(s), sendo que este(s) será(ão) o(s) único(s) abrangido(s) pelo benefício;
- b) No mesmo termo acima, o associado manifesta quais as modalidades do BRPM deseja aderir;
- c) O veículo a ser cadastrado deverá passar por uma vistoria realizada por profissionais indicados pela Associação;
- d) Após a vistoria, será aceito ou não o cadastro do veículo. A aceitação poderá ser realizada com ou sem ressalvas e entre as ressalvas poderá conter a instalação de equipamento rastreador, troca de eventuais pneus em más condições, troca de lanternas queimadas ou quebradas etc.
- e) O associado somente passará a ter direito ao benefício da repartição de prejuízos materiais após a regularização das ressalvas, as quais serão destacadas no termo de solicitação;

---

<sup>9</sup> Modelo fornecido pela Associação.



- f) Após a vistoria, será emitido boleto contendo os valores referentes à vistoria, mensalidade e outros benefícios aderidos pelo associado;
- g) O associado passará a gozar dos benefícios oferecidos pelo BRPM após a 00h01min do dia posterior ao total preenchimento dos requisitos acima especificados, inclusive e principalmente, após o pagamento da contribuição mensal proporcional;
- h) A diretoria em exercício, a seu critério, poderá condicionar o aceite de veículo no BRPM a instalação do equipamento rastreador.

## SEÇÃO I – DA MENSALIDADE REFERENTE AO BRPM

**Artigo 29** - O associado que vise aderir ao BRPM deverá efetuar o pagamento da contribuição de vistoria, contribuição de cadastro e mais a mensalidade.

**Parágrafo 1º** - A contribuição de vistoria possui o intuito de retribuir o trabalho realizado pelo vistoriador, podendo ser paga à Associação ou diretamente para o profissional contratado para esse fim.

**Parágrafo 2º** - A contribuição de cadastro possui o intuito de cobrir as despesas com esse trabalho.

**Parágrafo 3º** - Os valores das contribuições de vistoria e de cadastro estarão expostos na sede da Associação e em todos seus pontos de atendimento.

**Parágrafo 4º** - A mensalidade referente ao BRPM será calculada de acordo com a tabela de referência<sup>10</sup>, que traz o percentual a ser aplicado sobre o valor atribuído ao veículo a ser cadastrado pela tabela FIPE, e deverá sempre respeitar o valor mínimo estabelecido pela diretoria em exercício.

**Parágrafo 5º** - Na tabela de referência constará a finalidade<sup>11</sup> de utilização do veículo, marca e modelo de veículo e o percentual a ser aplicado sobre o valor do veículo, os quais definirão o valor de sua mensalidade, conforme exemplo (meramente ilustrativo) abaixo:

Finalidade	Marca	Modelo	Percentual da tabela FIPE
Particular	GM – Chevrolet	ONIX HATCH	0,25%

- a) No exemplo acima, será consultado o valor do veículo na data em que o associado desejar cadastrar o veículo no BRPM e aplicado o percentual estabelecido na tabela de referência, conforme a seguinte fórmula:

$$V^{12} \times P^{13} = M^{14}$$

<sup>10</sup> Tabela disponível na sede e pontos de atendimento da Associação.

<sup>11</sup> A finalidade poderá ser particular, táxi, aluguel, transporte de passageiros ou utilização em aplicativos (Uber, 99, Cabify, Easy, Lyft, BlaBla Car, Wappa etc.).

<sup>12</sup> Valor do veículo atribuído pela tabela FIPE do dia em que o associado desejar cadastrar o veículo no BRPM.

<sup>13</sup> Percentual para a marca e modelo do veículo expresso na tabela de referência.

- b) A diretoria poderá conceder desconto no valor da mensalidade em análise específica;
- c) A diretoria em exercício poderá indeferir o cadastro de veículo, baseada nos princípios do associativismo e mutualismo.

**Parágrafo 6º** - Caso o veículo cadastrado seja de ano de fabricação e de modelo diferentes (Ex: 2016/2017), a avaliação será feita considerando o ano de modelo.

**Parágrafo 7º** - Caso o veículo cadastrado no BRPM tenha a sua finalidade alterada, bem como nos casos em que houver mudança do endereço de residência, endereço de seu estabelecimento ou estado de registro do veículo, o associado tem o dever de informar a Associação imediatamente, caso em que, com a informação, a diretoria poderá aceitar ou negar a manutenção do associado sob a nova condição.

**Parágrafo 8º** - Caso o associado não informe a alteração/mudança a que se refere o parágrafo 7º, perderá o direito ao benefício da repartição de prejuízos materiais, além de ser submetido a processo de exclusão pela prática de falta grave.

**Parágrafo 9º** - Em caso de venda do veículo cadastrado, o associado deverá comunicar a venda à Associação no prazo de 48 horas, a fim de que esta realize o descadastramento do veículo.

**Parágrafo 10º** - A partir da tradição ao novo proprietário, o veículo cadastrado não estará mais protegido pela associação, ainda que permaneça registrado em nome do associado e que o pagamento da contribuição mensal tenha sido realizado.

**Parágrafo 11º** - Caso o associado não informe a venda do veículo cadastrado no prazo estipulado, além de não fazer jus a benefícios envolvendo o referido veículo, poderá ser submetido a processo de exclusão pela prática de falta grave.

**Artigo 30** - Os valores referentes à mensalidades pagas pelos associados para o BRPM terão um valor fixo e serão contabilizados em cada exercício que compreende o período entre o dia 01 de janeiro até o dia 31 de dezembro de cada ano, formando o fundo BRPM.

**Artigo 31** - Os prejuízos sofridos pelos associados optantes por esse benefício e cobertos pelo BRPM, serão ressarcidos mediante saldo existente no fundo BRPM.

**Artigo 32** - Ao final de cada exercício será feita a contabilidade e prestação de contas do fundo BRPM, que será a soma dos valores recebidos descontadas as saídas.

- a) Será convocada uma Assembleia Geral que instalar-se-á ordinariamente a cada ano, no mês de abril, para a prestação de contas, apurando se houve superávit ou déficit no exercício anterior no fundo BRPM;

---

<sup>14</sup> Valor final da mensalidade referente ao BRPM.

- b) Na mesma assembleia de apuração do superávit ou déficit será discutido o que fazer com os resultados;
- c) Em caso de superávit será definido no que será aplicado tal valor, podendo ser deixado em caixa para eventualidades ou aplicado na consecução do objeto da associação;
- d) Em caso de déficit o valor apurado será rateado entre os associados participantes do grupo BRPM;
- e) O valor atribuído de rateio para cada associado será proporcional ao valor do veículo cadastrado para o BRPM;
- f) Após a definição do valor de rateio para cada associado, será definido de que forma será pago este valor, podendo ser à vista ou parcelado, conforme fluxo de caixa do fundo BRPM;
- g) O valor apurado para rateio deverá sempre ser pago em boletos apartados das mensalidades, pois pertencem ao fechamento de contas do exercício do ano anterior;
- h) Na mesma assembleia de prestação de contas o conselho fiscal se pronunciará pela aprovação ou não das contas. Sendo aprovada, será lavrada ATA e devidamente registrada; sendo reprovada, serão suscitadas as dúvidas para esclarecimento pelo tesoureiro e levado novamente à aprovação do conselho fiscal.

**Artigo 33** - Durante o ano de exercício, no caso de o fundo BRPM estar positivo, o saldo deverá ser aplicado para rendimento, sempre em aplicações sem risco, em que o produto desta aplicação pertencerá ao próprio fundo BRPM.

**Artigo 34** - Durante o ano de exercício, no caso de o fundo BRPM estar negativo e necessitar aporte para cobrir suas despesas, a Diretoria em exercício poderá emitir títulos referentes às mensalidades dos associados integrantes do BRPM e antecipá-los para cobrir o saldo negativo.

**Parágrafo 1º** - Somente poderão ser emitidos títulos para antecipação àqueles compreendidos no período em que o associado fica responsabilizado ao pagamento da contribuição, pela entrada ou pela utilização do BRPM.

**Parágrafo 2º** - Os encargos das antecipações sairão do próprio fundo BRPM.

**Artigo 35** - Pelo princípio do associativismo e da divisão de prejuízos que impera nesta Associação, com o intuito de evitar prejuízos à coletividade de associados e principalmente ao grupo participante do BRPM, o associado que faça uso de qualquer dos benefícios oferecidos pelo BRPM e, antes de 1 (um) ano após o evento, opte por se desvincular da Associação, fica responsabilizado ao pagamento proporcional do valor correspondente a 12 (doze) meses de contribuição, o qual se considera razoável e adequado ao rateio inerente às finalidades do vínculo associativo.

**Parágrafo Único** - Caso o associado não efetue o pagamento referido no *caput* do artigo 35, poderá ter seu nome inscrito nos órgãos de proteção ao crédito, protesto dos títulos emitidos e cobrança judicial com incidência de multa moratória de 2% (dois por



cento), mais juros de 1% (um por cento) ao mês que serão calculados a partir da data do vencimento, além de acrescidos de 20% (vinte por cento) de honorários advocatícios.

## SEÇÃO II – DO FUNDO DO BRPM

**Artigo 36** - O fundo BRPM é composto pelas seguintes receitas:

- a) Mensalidades;
- b) Contribuição de vistoria;
- c) Contribuição de cadastro;
- d) Contribuição de rateio (divisão de prejuízo);
- e) Cota de participação;
- f) Venda de sucatas, salvados e perdidos;
- g) Valores provenientes de ações judiciais ou acordos de terceiros culpados.

**Artigo 37** - As despesas que serão retiradas do fundo BRPM serão todas aquelas necessárias direta ou indiretamente para que se atinja as finalidades da Associação.

**Artigo 38** - As despesas que serão retiradas do fundo BRPM serão definidas e autorizadas pela diretoria em exercício, sempre com base nos objetivos da Associação. Dentre as despesas, destacam-se as mais comuns:

- a) Pagamento dos prejuízos sofridos pelos veículos cadastrados dos associados que compõem o BRPM, conforme regras expressas nesse regimento;
- b) Pagamento dos prejuízos sofridos por terceiros envolvidos em acidentes<sup>15</sup> com veículos cadastrados dos associados que compõem o BRPM, conforme regras expressas nesse regimento;
- c) Pagamento pela contratação de funcionário celetista, terceirizado, horista etc, conforme for a necessidade da associação;
- d) Pagamento pela contratação de prestadores de serviços;
- e) Pagamento pela manutenção da sede social e pontos de atendimento;
- f) Pagamento de impostos, tributos e contribuições a que a Associação esteja sujeita;
- g) Pagamento de terceirização de serviços oferecidos pela Associação, mesmo que atividade fim;
- h) Pagamento de qualquer outra despesa definida pela diretoria em exercício com a finalidade de atingir os objetivos da Associação.

**Artigo 39** - A diretoria em exercício tem o dever de exercer a melhor administração possível, sempre buscando o equilíbrio entre economia e eficiência, com esse intuito, para equilibrar as finanças da Associação em geral, mas principalmente, para manter o saldo do fundo BRPM positivo, o que evitará o pagamento de rateio pelos associados que compõem esse benefício. Sendo assim, a Diretoria poderá tomar decisões nesse sentido, que podem ser:

---

<sup>15</sup> Assim compreendido, para fins deste Regimento, a colisão ou abalroamento entre veículos automotores, a colisão ou abalroamento do veículo cadastrado em bem semovente e a capotagem do veículo cadastrado.



- a) Redução, sempre que possível, do quadro de funcionários ou contratados;
- b) Se necessário, a contratação de vendedores, representantes ou empresas terceirizadas, com a finalidade de aumentar o número de associados que compõem o BRPM, assim reduzindo eventuais rateios;
- c) Contratação de planos de mídia para fortalecer o item acima;
- d) Aberturas de pontos de atendimento para melhor atender os associados distantes da sede da Associação;
- e) Outras ações a critério da diretoria em exercício.

## **CAPÍTULO IX - DO EQUIPAMENTO RASTREADOR**

**Artigo 40** - O associado poderá aderir ao benefício de instalação do equipamento rastreador através do sistema do comodato, fornecido pela Associação ou por empresa terceirizada, sendo o seu custo<sup>16</sup> mensal incluso no boleto de pagamento da contribuição mensal.

**Parágrafo 1º** - Veículos com valor atribuído pela FIPE<sup>17</sup> igual ou maior que R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) e todos os veículos de aplicativo (ex: Uber), locação, táxi e de uso comercial, independentemente do valor, pelo mutualismo de todos os associados e em razão do princípio do associativismo, deverão obrigatoriamente ter o rastreador instalado, sendo seu custo incluído no boleto de pagamento da contribuição mensal.

**Parágrafo 2º** - Fica a critério da diretoria, com base nos princípios do associativismo e mutualismo, decidir pela obrigatoriedade ou não da instalação do equipamento rastreador em veículos com valores de FIPE inferior ao estipulado no parágrafo anterior.

**Parágrafo 3º** - O agendamento será realizado pela Associação, e o associado deverá comparecer no local e horário informado para que seja efetuada a instalação do rastreador.

**Parágrafo 4º** - Os veículos discriminados no parágrafo 1º deste artigo somente passarão a gozar do benefício por roubo ou furto após a instalação do equipamento rastreador.

**Parágrafo 5º** - O associado que tenha instalado equipamento rastreador em seu veículo fica obrigado a manter o equipamento em perfeito estado de funcionamento, realizando a sua contínua manutenção. Se na data do evento o equipamento estiver sem funcionamento, seja por falha mecânica ou elétrica, o associado não terá direito aos benefícios contratados relacionados a furto e roubo.

**Parágrafo 6º** - O dispositivo rastreador não estará coberto pela Associação em caso de acidente de trânsito que venha a danificá-lo, bem como nos casos de furto ou roubo.

**Artigo 41** - Para instalação do equipamento rastreador será cobrada taxa de instalação, portanto, o valor pago na adesão/instalação não equivale à aquisição deste, de modo que

---

<sup>16</sup> A instalação e o pagamento deste serviço é de inteira responsabilidade do associado.

<sup>17</sup> Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas.



o aparelho deverá ser devolvido imediatamente após o cancelamento/desligamento do associado da Associação, sob pena de converter-se o comodato em compra.

**Parágrafo 1º** - A Associação não se responsabiliza por defeitos nos equipamentos oriundos de má utilização destes e, ainda, eventuais problemas de sinais com operadoras.

**Parágrafo 2º** - O associado está ciente de que o equipamento opera por sistema de telefonia móvel celular e que seu desempenho está sujeito às condições de recepção dos sinais de telefonia móvel de celular, os quais podem sofrer interferências que impeçam o regular funcionamento do equipamento.

**Artigo 42** - O dispositivo de segurança rastreador é adquirido em forma de comodato, fornecido diretamente pela Associação ou empresa terceirizada, devendo o associado seguir todas as regras estabelecidas em termo próprio firmado no ato de sua adesão, não podendo retirá-lo sem prévia autorização expressa da Associação.

**Parágrafo 1º** - A empresa fornecedora do equipamento rastreador deverá estar credenciada e habilitada junto à Associação.

**Parágrafo 2º** - Caso o associado opte por um aparelho de rastreamento diverso do fornecido pela Associação, deverá solicitar autorização e disponibilizar à Associação a senha e login de acesso ao sistema.

**Artigo 43** - Quando o associado se desligar do quadro de associados deverá, imediatamente, efetuar a retirada e entrega do equipamento à Associação, sob pena de conversão do comodato em compra no valor fixo de R\$ 990,00 (novecentos e noventa reais).

**Parágrafo 1º** - A partir da conversão do comodato em compra, será gerado em nome do associado um boleto para pagamento no importe de R\$ 990,00 (novecentos e noventa reais), com vencimento em 30 (trinta) dias corridos contados da data do seu desligamento da Associação.

**Parágrafo 2º** - Caso não efetue o pagamento do referido boleto na data apazada, poderá ter seu nome inscrito nos órgãos de proteção ao crédito, protesto dos títulos emitidos e cobrança judicial com incidência de multa moratória de 2% (dois por cento), mais juros de 1% (um por cento) ao mês, estes calculados a partir da data do vencimento, além do acréscimo de 20% (vinte por cento) de honorários advocatícios.

## **CAPÍTULO X – DOS BENEFÍCIOS ADICIONAIS**

### **SEÇÃO I - REPARAÇÃO AVULSA DE RETROVISORES, FARÓIS E SINALEIRAS**

**Artigo 44** – O presente benefício garante ao associado a substituição ou o reparo em caso de quebra dos seguintes itens: retrovisores, faróis e sinaleiras.



**Parágrafo 1º** - O referido benefício não está incluso nos planos disponíveis, e o associado poderá aderir mediante o pagamento de adicional de R\$ 10,00 (dez reais) mensais, cobrado juntamente com a contribuição mensal.

**Parágrafo 2º** - A Associação não cobrirá o valor total da troca e/ou reparação, sendo que a cota parte da Associação é de 50% (cinquenta por cento) e o associado arca com os outros 50% (cinquenta por cento).

**Parágrafo 3º** - A cota parte da Associação terá como limite o valor de até R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), considerando a mão de obra e material.

**Parágrafo 4º** - Este benefício terá como limite 1 (uma) utilização de cada item a cada 12 (doze) meses, não havendo acúmulo por não utilização.

**Parágrafo 5º** - Além das exclusões gerais constantes neste regimento interno, consideram-se riscos excluídos para este serviço:

- a) Danos existentes nos retrovisores, faróis e sinaleiras antes da adesão ao benefício;
- b) Riscos e manchas nos retrovisores, faróis e sinaleiras;
- c) Danos específicos de manutenção, partes elétricas e desgaste natural;
- d) Guarnição da borracha;
- e) Frisos estéticos;
- f) Canaletas;
- g) Películas protetoras;
- h) Peça com infiltração, ação química ou outro dano que não seja a quebra;
- i) Delaminação;
- j) Roubo ou furto e atos de vandalismo exclusivo dos retrovisores, faróis e/ou lanternas, sinaleiras, bem como a queima exclusiva da lâmpada;
- k) Retrovisores internos e externos (carcaça);
- l) Faróis auxiliares, tais como pisca-pisca – que não sejam nos faróis principais –, faróis (milha) ou de neblina (dianteiro ou traseiro), vidros blindados;
- m) Break light e lanternas laterais;
- n) Faróis de xenônio ou similares;
- o) Pisca-pisca embutido no retrovisor.

**Parágrafo 6º** - No que a presente seção for omissa, aplicam-se as regras previstas no Capítulo VII, do Título II deste Regimento Interno.

## SEÇÃO II – ADICIONAL DO BENEFÍCIO DO CARRO RESERVA

**Artigo 45** – Os associados que não possuem o benefício do carro reserva, poderão aderir ao benefício adicional, nos termos abaixo:

- a) Nos casos dos veículos de valor até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), o associado poderá aderir ao benefício adicional do carro reserva pelo prazo de 10 (dez) dias, mediante o pagamento de adicional de R\$ 10,00 (dez reais) mensais, cobrado juntamente com a contribuição mensal;

- b) Nos casos dos veículos com finalidade de aluguel, táxi, utilizados para transporte de mercadorias ou de uso comercial em geral, transporte de passageiros ou utilização em aplicativos (Uber, 99, Cabify, Easy, Lyft, BlaBla Car, Wappa, Ifood etc.), independente do valor do veículo, o associado poderá aderir ao benefício adicional do carro reserva pelo prazo de 10 (dez) dias, mediante o pagamento de adicional de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) mensais, cobrado juntamente com a contribuição mensal.

**Artigo 46** - O associado que já possuir o benefício do carro reserva, poderá aderir ao benefício extra de mais 10 (dez) dias de carro reserva, mediante o pagamento de adicional de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) mensais, cobrado juntamente com a contribuição mensal.

**Parágrafo único** - O benefício extra de carro reserva possui carência de 2 (dois) meses a partir da sua adesão, isto é, o associado fará jus ao referido benefício a partir do terceiro mês da adesão.

**Artigo 47** - No que a presente seção for omissa, aplicam-se as regras previstas no Capítulo VI, do Título II deste Regimento Interno.

### SEÇÃO III – ADICIONAL DO BENEFÍCIO DE PROTEÇÃO PARA TERCEIROS

**Artigo 48** – Nos casos dos veículos de valor até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), o associado poderá aderir ao benefício adicional de proteção para veículos terceiros, mediante o pagamento de adicional, cobrado juntamente com a contribuição mensal. O valor do adicional dependerá da opção escolhida pelo Associado:

- a) **Cobertura de prejuízos causados no veículo de terceiro até o limite de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para danos exclusivamente materiais:** O adicional será no valor de R\$ 10,00 (dez reais) mensais, cobrado juntamente com a contribuição mensal;
- b) **Cobertura de prejuízos causados no veículo de terceiro até o limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos exclusivamente materiais:** O adicional será no valor de R\$ 20,00 (vinte reais) mensais, cobrado juntamente com a contribuição mensal.

**Artigo 49** - O associado que já possuir o benefício de proteção para veículos terceiros, poderá aderir aos seguintes benefícios extras:

- a) **Adicional de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) de cobertura de prejuízos causados no veículo de terceiro para danos exclusivamente materiais:** o associado poderá aderir a este benefício, mediante o pagamento de adicional no valor de R\$ 10,00 (dez reais) mensais, cobrado juntamente com a contribuição mensal;
- b) **Adicional de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) de cobertura de prejuízos causados no veículo de terceiro para danos exclusivamente materiais:** o



associado poderá aderir a este benefício, mediante o pagamento de adicional no valor de R\$ 20,00 (vinte reais) mensais, cobrado juntamente com a contribuição mensal.

**Artigo 50** - O associado poderá aderir ao benefício extra de proteção para terceiros, para danos materiais causados a casas, muros, bicicletas, postes, cabeceiras de pontes e carroças até o limite de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), mediante o pagamento de adicional de R\$ 7,00 (sete reais) mensais, cobrado juntamente com a contribuição mensal.

**Artigo 51** - No que a presente seção for omissa, aplicam-se as regras previstas no Capítulo I, do Título IV deste Regimento Interno.

#### SEÇÃO IV - DOS BENEFÍCIOS EM CASO DE ACIDENTES PESSOAIS DE PASSAGEIROS

**Artigo 52** - O associado poderá aderir ao benefício de seguro de ACIDENTES PESSOAIS DE PASSAGEIROS – APP, mediante o pagamento de adicional cobrado juntamente com a contribuição mensal. O valor do adicional dependerá dos seguintes critérios:

- a) **Veículos cadastrados na Associação com capacidade para até 5 (cinco) passageiros:** Mediante o pagamento de adicional de R\$ 5,00 (cinco reais) mensais por veículo, cobrado juntamente com a contribuição mensal.
- b) **Van/Ônibus cadastrados na Associação:** Mediante o pagamento de adicional de R\$ 3,00 (três reais) mensais por passageiro, cobrado juntamente com a contribuição mensal.

**Parágrafo único** - O Associado que aderir ao benefício descrito no item anterior, fará jus às indenizações, conforme apólice nº 0982.598250, e processo nº 15414.002864/2010-51, da MBM Seguradora S.A, registro na SUSEP 06084, inscrita no CNPJ 87.883.807/0001-06, estabelecida na Rua dos Andradas, 772, Porto Alegre/RS, CEP 90020-00, telefone (51) 3216-2500, SAC 0800 541 2555, ouvidoria 0800 703 1989, endereço eletrônico [www.mbmseguros.com.br](http://www.mbmseguros.com.br), que seguem abaixo:

- a) Indenização no valor de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por passageiro, em caso de morte acidental ou invalidez permanente;
- b) Indenização no valor de até R\$ 3.000,00 (três mil reais) por passageiro, de despesas médicas hospitalares e odontológicas.

#### TÍTULO III - DAS MENSALIDADES

**Artigo 53** - A mensalidade dos associados é composta pela soma dos benefícios contratados e despesas para cada benefício.



- a) Todo associado pagará a título de taxa de administração um valor fixo mensal definido pela diretoria em exercício, tendo como base a divisão das despesas correntes pelo número de associados ativos;
- b) O associado, para aderir o benefício da assistência 24h, deverá efetuar o pagamento de um valor mensal no importe definido pela diretoria em exercício, nos termos estipulados pela empresa terceirizada contratada para este fim ou diretamente pela Associação, conforme for o caso;
- c) O associado, para aderir o benefício da instalação de equipamento rastreador, deverá efetuar o pagamento de um valor mensal no importe definido pela diretoria em exercício, nos termos estipulados pela empresa terceirizada contratada para este fim ou diretamente pela Associação, conforme for o caso;
- d) O associado para aderir ao BRPM deverá efetuar o pagamento da taxa de adesão no importe definido pela diretoria em exercício;
- e) O associado que aderir ao BRPM deverá efetuar o pagamento da mensalidade referente ao veículo cadastrado, nos termos já expostos.

**Parágrafo 1º** - Os valores das mensalidades referentes aos benefícios oferecidos estarão disponíveis aos associados na sede da Associação e em suas unidades de atendimento.

**Parágrafo 2º** - A diretoria em exercício se reunirá, sempre que necessário, para debater sobre os valores aplicados aos benefícios oferecidos aos associados, devendo sempre buscar pelo equilíbrio entre economia e eficiência.

**Parágrafo 3º** - Os valores de benefícios oferecidos, sejam por meios próprios ou contratados, poderão ter seus valores alterados a qualquer tempo, desde que comprovada a necessidade.

#### **TÍTULO IV - DOS EVENTOS PROTEGIDOS PELO BENEFÍCIO DA REPARTIÇÃO DE PREJUÍZOS MATERIAIS - BRPM**

**Artigo 54** - O BRPM abrange a indenização ou reparo de prejuízos decorrentes de avarias ocasionadas por acidente<sup>18</sup>, eventos naturais<sup>19</sup>, roubo, furto ou incêndio<sup>20</sup> proveniente de acidente, devidamente comprovados, ao veículo cadastrado e/ou de terceiro não culpado, nos termos e limites estipulados no Estatuto Social e Regimento Interno.

**Parágrafo 1º** - Em caso de incêndio de veículo com GNV<sup>21</sup>, o associado perderá o direito aos benefícios, se o GNV estiver instalado de forma irregular ou, ainda que instalado de maneira regular, não estiver com a inspeção periódica obrigatória em dia.

<sup>18</sup> Assim compreendido, para fins deste Regimento, a colisão ou abaloamento entre veículos automotores, a colisão ou abaloamento do veículo cadastrado em bem semovente e a capotagem do veículo cadastrado.

<sup>19</sup> Com exceção dos danos decorrentes de avarias ocasionadas por enchentes e alagamentos, conforme o plano aderido (anexos I e II).

<sup>20</sup> Desde que não seja incêndio criminoso ou ocasionado por negligência na manutenção do veículo.

<sup>21</sup> Gás Natural Veicular.

**Parágrafo 2º** - Os acessórios denominados partes integrantes<sup>22</sup>, serão cobertos somente os originais de fábrica e desde que estejam constantes na nota fiscal de compra e venda do veículo, tenham sido verificados no veículo no momento da inspeção inicial e forem diretamente atingidos nos eventos danosos.

**Parágrafo 3º** - Em relação aos acessórios denominados pertencas<sup>23</sup>, serão cobertos somente aqueles que tenham sido verificados no veículo no momento da inspeção inicial e forem diretamente atingidos nos eventos danosos.

**Parágrafo 4º** - Quando os acessórios referidos nos parágrafos 1º e 2º forem os únicos danificados no evento danoso, não serão objeto de ressarcimento pela Associação.

**Parágrafo 5º** - Na hipótese de ressarcimentos de pneus que forem afetados pelo evento, a Associação pagará o valor baseada no estado de conservação, cujo parâmetro, mediante análise da nota fiscal de compra dos pneus, será o seguinte:

- a) Pneus com até 6 (seis) meses de uso, ressarcimento de 100% (cem por cento) do valor pago na nota;
- b) Pneus com mais de 6 (seis) meses de uso, ressarcimento de 50% (cinquenta por cento) do valor pago na nota;
- c) Pneus sem nota fiscal serão considerados com mais de 6 (seis) meses de uso e pagos pelo menor preço de mercado.

**Parágrafo 6º** - Ocorrendo evento coberto pelo BRPM, em que seja definido pela indenização integral, as partes ou peças que constem no relatório de vistoria como avarias pré-existentes terão seu valor deduzido da indenização a ser paga.

**Parágrafo 7º** - Ocorrendo evento coberto pelo BRPM, em que seja definido pelo reparo do veículo, as partes ou peças que constem no relatório de vistoria como avarias pré-existentes não serão reparadas, nem mesmo indenizadas, mesmo que o estado da parte ou peça tenha sido agravado pelo evento.

**Artigo 55** - Com o BRPM, o veículo cadastrado está protegido apenas em todo o território brasileiro, não abrangendo eventos ocorridos fora do país.

**Artigo 56** - Para requerer o BRPM, nas modalidades de reparação parcial do veículo cadastrado e reparação parcial ou perda total de veículos terceiros, o associado deverá efetuar o pagamento da quota de participação, calculada<sup>24</sup> conforme valores mínimos e percentuais sobre a avaliação do veículo cadastrado.

<sup>22</sup> São bens acessórios que estão unidos ao principal formando um todo indivisível. As partes integrantes não têm autonomia, ou seja, só tem funcionalidade com o principal - EXEMPLO: volante original, central multimídia de fábrica etc.

<sup>23</sup> São tratadas nos artigos 93 e 94 do CC. São os bens que se destinam, de forma duradoura, a facilitarem o uso do bem principal, apesar de não constituírem parte integrante deste (são autônomas). São incorporadas ao bem pela vontade do proprietário - EXEMPLOS: aparelho de CD/DVD; película; aerofólio; suspensão e/ou mola esportiva etc.

<sup>24</sup> Tabela disponível na sede e pontos de atendimento da Associação.



**Parágrafo 1º** - O associado somente estará obrigado ao pagamento da quota de participação para solicitação de benefício para terceiro não culpado, a partir do segundo acionamento de benefício exclusivo para terceiro, em que o evento tenha ocorrido dentro do período de 12 (doze) meses.

**Parágrafo 2º** - Conforme disposto no parágrafo 8º do artigo 5º deste Regimento Interno, a cobrança da quota de participação referida no parágrafo 1º será considerada inclusive no caso de substituição do veículo cadastrado.

**Artigo 57** - Esta Associação rege-se pelo princípio do associativismo e recíproca colaboração entre associados. Por esse motivo, o associado terá sua quota de participação dobrada, quando ocorrer um segundo evento que envolva qualquer modalidade do BRPM dentro do período de 12 (doze) meses.

**Parágrafo 1º** - Conforme disposto no parágrafo 8º do artigo 5º deste Regimento Interno, a dobra referida neste artigo será considerada inclusive no caso de substituição do veículo cadastrado.

**Parágrafo 2º** - Caso ocorra um terceiro evento que envolva qualquer modalidade do BRPM, em que os três eventos estejam dentro de um período de 12 (doze) meses, a quota poderá ser triplicada ou ainda, o associado ser excluído dos quadros da Associação, ficando esta decisão à critério da Diretoria Executiva, conforme disposto no Estatuto Social.

## **CAPÍTULO I - DO LIMITE DA PROTEÇÃO PELO BENEFÍCIO DA REPARTIÇÃO DE PREJUÍZOS MATERIAIS - BRPM**

**Artigo 58** - Em caso de evento que se verifique a perda total do veículo cadastrado no BRPM, o associado terá direito a indenização pelo prejuízo sofrido no importe de 100% (cem por cento) do valor atribuído ao veículo cadastrado no dia do evento que gerou a perda total.

**Parágrafo Único** - Veículos com alíquotas, taxas ou impostos reduzidos ou isentos, tais como táxis, produtor rural e frotistas, serão ressarcidos com abatimento dos impostos, conforme ocorrido quando da aquisição por parte do associado, evitando assim enriquecimento ilícito.

**Artigo 59** - Quando houver a indenização integral do veículo e este for proveniente de leilão, com chassi remarcado ou com gravame de ter sofrido média ou grande monta, bem como os veículos da marca/modelo PEUGEOT 308, PEUGEOT 3008, PEUGEOT 4008 e PAJERO TR4, e veículos utilizados como táxi e de utilização em aplicativos (Uber, 99, Cabify, Easy, Lyft, BlaBla Car, Wappa, Ifood etc.), a indenização a ser paga ao associado sofrerá abatimento na proporção de 20% do preço apontado pela Tabela FIPE, independentemente de essa condição ser anterior ou posterior a sua entrada na Associação, e ter ou não sido informada no momento da adesão.



**Parágrafo 1º** - Nos casos em que não for possível identificar a numeração do chassi adequadamente, necessitando de remarcação, para fins de indenização integral, será considerado como se o veículo fosse remarcado, aplicando-se o abatimento do *caput*.

**Parágrafo 2º** - Em caso de indenização integral, serão deduzidos do valor total de pagamento as multas de trânsito não pagas que constarem relacionadas ao veículo sinistrado, bem como IPVA, autuações de trânsito, impostos, DPVAT e demais taxas, em atraso e/ou referente ao exercício vigente, independente da data do vencimento, e valores correspondentes ao disposto no artigo 35 deste Regimento Interno.

**Parágrafo 3º** - As garantias contra roubo ou furto não se estendem a outros tipos de crimes ou fraudes, tais como apropriação indébita ou estelionato, dentre outras práticas delituosas, que não são objeto de proteção, não havendo nestes casos qualquer tipo de indenização ao associado.

**Artigo 60** - O teto de valor do equipamento cadastrado no BRPM a ser reparado ou indenizado tem o importe total de até R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), isto é, mesmo que o valor da tabela FIPE ou de mercado seja maior que o valor acima estipulado o valor a ser indenizado ao associado será o teto aqui estabelecido.

**Parágrafo 1º** - Este valor poderá ser revisto pela Diretoria Executiva, levando em consideração, via de regra, o valor de mercado dos veículos fornecido pela tabela FIPE, e, excepcionalmente, a critério da Diretoria Executiva, outra tabela de valores ou fator de mercado.

**Parágrafo 2º** - Ao se envolver em um evento, o associado (ou motorista do veículo cadastrado) tem o dever de mitigar os danos ocasionados ao veículo, tomando todas as providências ao seu alcance para proteger o veículo e evitar a agravação dos prejuízos.

**Artigo 61** - Em caso de acidente<sup>25</sup> envolvendo veículo(s) de terceiro(s) em que o associado seja o culpado e seja comprovada colisão direta com o veículo cadastrado no BRPM, a Associação cobrirá os prejuízos causados ao(s) veículo(s) terceiro(s) até o limite estabelecido conforme o tipo do veículo e plano aderido (anexos I e II).

**Parágrafo 1º** - A cobertura do *caput* se restringe a cobrir os danos exclusivamente materiais causados ao(s) veículo(s) terceiro(s) movido(s) por combustão interna, ou seja, a Associação somente arcará com as despesas provenientes do conserto do(s) veículo(s) terceiro(s), não sendo atendidos danos causados a casas, muros, bicicletas, postes, cabeceiras de pontes, carroças, animais etc. e nem mesmo a carga que, por ventura esteja sendo carregada pelo(s) veículo(s) terceiro(s).

**Parágrafo 2º** - No caso do *caput* deste artigo, havendo mais de um veículo terceiro envolvido no evento, o valor do teto de indenização será rateado na proporção dos

---

<sup>25</sup> Assim compreendido, para fins deste Regimento, a colisão ou abalroamento entre veículos automotores, a colisão ou abalroamento do veículo cadastrado em bem semovente e a capotagem do veículo cadastrado.



danos causados a cada veículo terceiro, não podendo a totalidade ultrapassar o limite estabelecido.

**Parágrafo 3º** - Caso os danos a serem reparados ultrapassem o valor máximo apontado no *caput*, o saldo remanescente será custeado pelo associado culpado.

## **CAPÍTULO II - PROCEDIMENTO PARA REQUERER O BENEFÍCIO DA REPARTIÇÃO DE PREJUÍZOS MATERIAIS - BRPM**

### **SEÇÃO I - COMO PROCEDER EM CASO DE ACIDENTE<sup>26</sup>**

**Artigo 62** - Nos casos de acidente ou incêndio proveniente de acidente que causem avarias no veículo cadastrado ou do terceiro envolvido, o associado deverá entrar em contato com a Associação, pelo telefone 0800 191 0400 no prazo máximo de 2h após o ocorrido, salvo comprovada impossibilidade de fazê-lo, e neste momento o associado receberá informações de como proceder.

**Parágrafo 1º** - Em caso de não comunicação no prazo acima estipulado, o associado perderá o direito ao BRPM pelo evento não comunicado.

**Parágrafo 2º** - Além da comunicação descrita no *caput* deste artigo, o associado deverá acionar a autoridade policial para comparecimento no local do acidente, sob pena de perda do direito ao benefício, salvo comprovada impossibilidade de acionamento.

**Parágrafo 3º** - Após a informação acima especificada, deverá requerer o benefício desejado por meio do whatsapp da Associação ou comparecendo na sede da Associação ou em um de seus pontos de atendimento, para firmar o termo de abertura de evento no prazo máximo de 7 (sete) dias, a contar do momento do ocorrido.

**Artigo 63** - Tratando-se de colisão ou abaloamento, o associado deverá obrigatoriamente efetuar fotografias de todos os ângulos do seu veículo, bem como dos demais envolvidos, quando houver, e encaminhá-las para a Associação, salvo comprovada impossibilidade de fazê-lo.

**Parágrafo 1º** - Havendo terceiro envolvido, é obrigação do associado coletar todos os seus dados, tais como nome, CPF, endereço, telefone e, se possível, pegar uma fotografia da CNH e do documento do veículo terceiro, salvo comprovada impossibilidade de fazê-lo.

**Parágrafo 2º** - Caso o terceiro envolvido se negue a entregar os dados requeridos, o associado obrigatoriamente deverá solicitar e aguardar atendimento policial no local do evento, com a finalidade de obter a coleta dos dados.

---

<sup>26</sup> Assim compreendido, para fins deste Regimento, a colisão ou abaloamento entre veículos automotores, a colisão ou abaloamento do veículo cadastrado em bem semovente e a capotagem do veículo cadastrado.



**Parágrafo 3º** - Em caso de não cumprimento das determinações acima estipuladas, o associado perderá o direito ao BRPM para o referido evento.

**Parágrafo 4º** - Caso o veículo cadastrado no BRPM necessite de guincho para locomoção ou desencalhe, OBRIGATORIAMENTE o guincho a ser utilizado deverá ser o enviado pela Associação, sob pena da perda imediata do direito ao benefício.

## SEÇÃO II - COMO REQUERER O BRPM POR ACIDENTE<sup>27</sup>

**Artigo 64** - Como já mencionado, após o evento danoso, o associado deverá entrar em contato com a Associação via telefone para receber orientações de como proceder no momento do evento. Após essa primeira etapa, o associado deverá entrar em contato com a Associação por meio do whatsapp ou comparecer até a sede da Associação ou uma de suas unidades de atendimento para dar entrada na solicitação de benefício, no prazo máximo e improrrogável de 7 (sete) dias, contados a partir da data do evento, sob pena de perda do direito ao benefício.

**Parágrafo 1º** - Ao solicitar o benefício por meio do whatsapp da Associação ou comparecer na sede da Associação ou uma de suas unidades de atendimento, o associado irá preencher o termo “solicitação de benefício”, em que constará a síntese do ocorrido e se anexará os documentos necessários para concessão do benefício, quais sejam:

- a) Formulário com a solicitação do benefício fornecido pela Associação, preenchido pelo associado;
- b) Boletim de ocorrência de acidente de trânsito;
- c) Fotos dos veículos envolvidos no local do acidente;
- d) Habilitação do condutor do veículo no momento do acidente;
- e) Se o condutor do veículo, no momento do acidente, for pessoa diversa do associado, apresentar também CPF, RG e telefone do condutor;
- f) Certificado de registro e licenciamento do veículo - CRLV;
- g) Em caso de o veículo estar registrado em nome de pessoa jurídica, apresentar contrato social consolidado ou contrato social e suas alterações.

**Parágrafo 2º** - A Associação, a seu critério, poderá requerer depoimento de passageiros do veículo no momento do acidente ou qualquer outra documentação necessária para elucidação do ocorrido e/ou para averiguar se o associado não incorreu, em nenhuma hipótese, em situações que ensejam a perda do direito ao benefício requerido.

**Parágrafo 3º** - Enquanto o associado não apresentar toda a documentação requerida, não se terá como concluída a solicitação de benefício e, por consequência lógica, não iniciará a contagem de prazo para reparo do veículo.

---

<sup>27</sup> Assim compreendido, para fins deste Regimento, a colisão ou abalroamento entre veículos automotores, a colisão ou abalroamento do veículo cadastrado em bem semovente e a capotagem do veículo cadastrado.



**Parágrafo 4º** - A Associação, baseada nos critérios associativo e mutualista, poderá solicitar outros documentos para elucidação dos fatos, sendo que a negativa injustificada do associado ou terceiro para apresentá-los acarretará na perda do direito ao benefício requerido.

**Artigo 65** - Após solicitar o benefício por meio do whatsapp da Associação ou comparecer na sede da Associação ou em um de seus pontos de atendimento para firmar o termo de abertura de evento, deverá apresentar toda a documentação referida acima no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar do momento do ocorrido, sob pena de perda do direito ao benefício.

**Artigo 66** - Apresentada toda a documentação acima, a solicitação de benefício será levada a análise da Diretoria que poderá, dentro de um prazo de 7 (sete) dias, deferir a solicitação, requerer mais documentos, esclarecimentos ou depoimentos, abrir sindicância interna para apuração de eventual fraude ou indeferir a solicitação.

- a) Se solicitado novos documentos, esclarecimentos ou depoimentos o associado será informado e, após cumprir o solicitado dentro de 7 (sete) dias, o pedido voltará à análise da diretoria;
- b) Se aberta sindicância para apuração de eventual fraude, o procedimento será concluído no prazo máximo de 60 (sessenta) dias. Se apurada a fraude, o benefício será negado e informado o associado da decisão, que é irrecurável;
- c) Se indeferida a solicitação, será informado o associado da decisão, que é irrecurável.

**Parágrafo 1º** - Se deferida a solicitação de benefício, o associado será informado para apresentar o veículo à Associação ou realizar 3 (três) orçamentos em oficinas credenciadas, conforme for solicitado pela associação, no prazo máximo de 7 (sete) dias, sob pena de perda do direito ao benefício.

**Parágrafo 2º** - Uma vez apresentado o veículo no prazo estipulado, inicia-se o terceiro passo do BRPM, em que o veículo passará por uma avaliação dos danos causados para definição sobre o reparo ou indenização total do veículo cadastrado.

**Parágrafo 3º** - A Associação possui 30 (trinta) dias para efetuar a avaliação do veículo e comunicar o associado de sua decisão sobre o reparo ou indenização total.

**Parágrafo 4º** - Em caso de a Associação concluir pelo reparo, informará o associado de sua decisão juntamente com o orçamento de reparo, e neste momento o associado poderá optar por reparar o veículo na oficina indicada pela Associação ou oficina de sua confiança.

**Parágrafo 5º** - Se o associado optar por reparar o veículo em oficina de sua exclusiva confiança, a Associação indenizará o associado no valor do menor orçamento de reparo obtido dentre as oficinas prestadoras de serviços cadastradas na Associação, ficando sob sua responsabilidade eventuais custos excedentes.



**Parágrafo 6º** - No caso de o associado optar por reparar o veículo em oficina de sua exclusiva confiança, continuará obrigado ao pagamento da quota de participação que poderá ser pago via boleto dentro de um prazo de 30 (trinta) dias da sua emissão, ou poderá ser deduzido do valor de indenização.

**Parágrafo 7º** - No caso de o associado optar pelo reparo em oficina indicada pela Associação será gerado boleto com o valor referente a quota de participação, que deverá ser pago dentro de um prazo de 30 (trinta) dias da sua emissão, sendo que o conserto somente será autorizado após o seu devido pagamento.

**Parágrafo 8º** - A critério da Associação, poderá ser autorizado o pagamento referente a quota de participação diretamente na oficina responsável pelo reparo, no entanto, somente será autorizado o reparo após firmado termo para autorização e responsabilidade do pagamento da quota de participação diretamente na oficina reparadora.

**Parágrafo 9º** - Em nenhuma hipótese, mesmo que o veículo esteja sob garantia do fabricante, o associado ou terceiro poderão exigir que o veículo seja levado a reparo em oficina não cadastrada sob custas e responsabilidade da Associação, isto porque, pelos princípios associativo e mutualista, todos os associados devem primar pela maior economia possível, haja vista a divisão de prejuízos materiais, e por isso tal situação acabaria por onerar demasiadamente o grupo de associados integrantes do BRPM.

**Parágrafo 10º** - Na realização do reparo em oficina prestadora de serviço cadastradas e/ou indicada pela Associação serão utilizadas, preferencialmente, peças usadas originais de boa qualidade e/ou peças novas paralelas de boa qualidade, em nenhuma hipótese poderá ser exigido pelo associado e/ou terceiro a utilização de peças originais.

**Parágrafo 11º** - O prazo para reparo do veículo cadastrado será de 120 (cento e vinte) dias após a entrada do veículo na oficina reparadora. Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, em caso de complexidade do reparo ou falta de peças de reposição.

**Parágrafo 12º** - Caso a complexidade do serviço ou a falta de peças faça com que o reparo não tenha sido concluído dentro de 240 (duzentos e quarenta) dias, a Associação realizará a indenização total do veículo ao associado.

**Parágrafo 13º** - Quando a associação concluir pela indenização total do veículo ao invés do reparo, o prazo para pagamento será de 120 (cento e vinte) dias após o recebimento de toda a documentação exigida nos casos de perda total.

**Parágrafo 14º** - Não serão indenizados, nem mesmo reparados, os veículos objetos de furto ou roubo seguido de incêndio, mesmo que o incêndio tenha sido ocasionado por acidente ou combustão espontânea.



### SEÇÃO III - COMO PROCEDER EM CASO DE ACIDENTE<sup>28</sup> QUE GEROU A PERDA TOTAL

**Artigo 67** – Após a apresentação do veículo, em caso de a Associação definir pela indenização total, o associado será informado e nessa informação conterà se o veículo a ser indenizado será sucateado ou reparado para venda a terceiros.

**Parágrafo Único** - Após informado da indenização total, o associado deverá firmar termo específico para o referido benefício, de forma virtual ou comparecendo na sede da Associação ou em um de seus pontos de atendimento, no prazo máximo de 7 (sete) dias.

**Artigo 68** – Para fazer jus à indenização total, após firmar termo específico para o referido benefício, o associado deverá apresentar a seguinte documentação, dentro de um prazo de 90 (noventa) dias:

- a) Firmar procuração pública em favor do representante da Associação outorgando poderes para venda e reparo do salvado;
- b) Apresentar certidão negativa de débitos ou comprovante de pagamento do IPVA e seguro obrigatório, em atraso e/ou referente ao exercício vigente, independente da data do vencimento, do veículo a ser indenizado;
- c) Apresentar certidão negativa de débitos ou comprovante de pagamento de eventuais multas existentes sobre o veículo a ser indenizado;
- d) Em caso de existirem multas em fase de recurso sobre o veículo a ser indenizado o associado deverá quitá-las;
- e) Entrega do certificado de registro do veículo - CRV original;
- f) Caso o veículo possua alienação fiduciária, reserva de domínio ou qualquer outra obrigação, vencida ou vincenda, que impeça a sub-rogação e/ou transferência do salvado ou sucateado à Associação, o associado deverá efetuar a quitação da obrigação e baixar a restrição antes de solicitar o benefício;
- g) Se sucateado, o associado deverá apresentar a baixa do veículo.

**Parágrafo 1º** - A quitação de obrigações, vencidas ou vincendas, que ensejem restrições de transferência ou sub-rogação sobre o veículo (alienação fiduciária, reserva de domínio etc.) é de exclusiva responsabilidade do associado, não estando em nenhum momento a Associação responsável por esse pagamento.

**Parágrafo 2º** - De comum acordo e respeitando o fluxo de caixa da Associação, esta poderá efetuar a quitação referida no parágrafo 1º e descontar da indenização devida.

**Parágrafo 3º** - Nos casos do parágrafo 2º, o associado será o único responsável pelo envio do boleto à Associação, a fim de que esta realize a quitação, não sendo a Associação responsável por eventuais erros e/ou informações falsas constantes no documento.

---

<sup>28</sup> Assim compreendido, para fins deste Regimento, a colisão ou abalroamento entre veículos automotores, a colisão ou abalroamento do veículo cadastrado em bem semovente e a capotagem do veículo cadastrado.



**Parágrafo 4º** - A baixa do veículo sucateado é de exclusiva responsabilidade do associado, não estando em nenhum momento a Associação responsável por esse procedimento.

**Parágrafo 5º** - Enquanto o associado não apresentar toda a documentação requerida, não se terá como concluído o requerimento de benefício e, por consequência lógica, não iniciará a contagem de prazo para indenização do veículo.

**Parágrafo 6º** - Acaso extrapole qualquer dos prazos referidos nesta Seção e na Seção II deste Capítulo, o associado perderá o direito ao benefício requerido.

**Artigo 69** - O prazo para pagamento da indenização do veículo cadastrado será de 120 (cento e vinte) dias após o recebimento de toda a documentação exigida.

**Parágrafo 1º** - O valor da indenização total será o menor valor encontrado entre o valor de mercado e o valor de referência da tabela FIPE do dia do evento que gerou a perda total, salvo os casos dispostos no Estatuto Social ou Regimento Interno em que a indenização não é total.

**Parágrafo 2º** - O valor de mercado, mencionado no parágrafo anterior, é encontrado pela média de três anúncios de venda em um raio de 200 km da residência do associado, sempre considerando o mesmo ano e modelo do veículo a ser indenizado.

**Parágrafo 3º** - Quanto ao anúncio de venda, citado no parágrafo acima, serão considerados anúncios em jornais, internet, sites de venda, redes sociais ou qualquer outro meio idôneo de venda entre particulares ou revendas de veículos.

**Parágrafo 4º** - A Associação poderá descontar da indenização o valor correspondente ao disposto no artigo 35 deste Regimento Interno, exigida após a utilização de qualquer dos benefícios, nos exatos termos do Estatuto Social e Regimento Interno desta Associação.

**Parágrafo 5º** - O salvado ou sucateado passará a fazer parte do patrimônio da Associação, podendo ser vendido no estado em que se encontrar ou reparado para posterior venda, cujo produto será acrescido ao fundo BRPM.

#### SEÇÃO IV - COMO PROCEDER EM CASO DE FURTO OU ROUBO DO VEÍCULO CADASTRADO NO BRPM

**Artigo 70** - Nos casos de furto ou roubo do veículo cadastrado, no exato momento em que tomar conhecimento do ocorrido, o associado deverá comunicar a Associação através do telefone 0800 191 0400, salvo comprovada impossibilidade de fazê-lo, e nesta ligação o associado receberá informações de como proceder.

**Parágrafo 1º** - Quando comprovada a impossibilidade de comunicação do furto/roubo no exato momento de conhecimento do fato, a comunicação deverá ocorrer assim que cessar a impossibilidade.



**Parágrafo 2º** - Em caso de não comunicação ou ausência de comprovação da impossibilidade alegada, o associado perderá o direito ao BRPM pelo evento não comunicado.

**Parágrafo 3º** - Pelos princípios do associativismo e mutualismo, haja vista a recíproca colaboração entre membros do grupo participante do BRPM para rateio dos prejuízos, a comunicação do evento de furto ou roubo com a máxima urgência é essencial para que sejam tomadas as medidas de recuperação do veículo, tais como comunicação às autoridades, consulta ao equipamento rastreador etc e, por tais razões, a não comunicação acarretará na perda do direito ao benefício requerido, tal como disposto no parágrafo 2º.

**Artigo 71** – Após comunicar o furto ou roubo, na forma indicada no artigo acima, o associado deverá entrar em contato com a Associação por meio do whatsapp ou comparecer até a sede da Associação ou uma de suas unidades de atendimento para dar entrada na solicitação de benefício, no prazo máximo de 7 (sete) dias, sob pena de perda do direito ao benefício.

**Parágrafo 1º** - Ao solicitar o benefício por meio do whatsapp da Associação ou comparecer na sede da Associação ou uma de suas unidades de atendimento para dar entrada na solicitação de benefício, o associado irá preencher o termo “solicitação de benefício por furto ou roubo”, o qual constará a síntese do ocorrido, e apresentará os documentos necessários para análise de concessão do benefício, quais sejam:

- a) Formulário com a solicitação do benefício fornecido pela Associação, preenchido pelo associado;
- b) Boletim de ocorrência do evento;
- c) Certificado de registro e licenciamento do veículo - CRLV;
- d) Certificado de registro do veículo - CRV;
- e) Chave principal e reserva do veículo.

**Parágrafo 2º** - A Associação, a seu critério, poderá requerer depoimento dos envolvidos ou qualquer outra documentação necessária para elucidação do ocorrido e/ou para averiguar se o associado não incorreu, em nenhuma hipótese, em situações que ensejam a perda do direito ao benefício requerido.

**Parágrafo 3º** - Enquanto o associado não apresentar toda a documentação requerida, não se terá como concluída a solicitação de benefício e, por consequência lógica, não iniciará a contagem de prazo para indenização do veículo.

**Parágrafo 4º** - A Associação, baseada nos critérios associativo e mutualista, poderá solicitar outros documentos para elucidação dos fatos, sendo que a negativa injustificada do associado ou terceiro para apresentá-los acarretará na perda do direito ao benefício requerido.

**Artigo 72** - Apresentada toda a documentação acima, a solicitação de benefício será levada a análise da Diretoria que poderá, dentro de um prazo de 7 (sete) dias, deferir a



solicitação, requerer mais documentos, esclarecimentos ou depoimentos, abrir sindicância interna para apuração de eventual fraude ou indeferir a solicitação.

- a) Se solicitado novos documentos, esclarecimentos ou depoimentos o associado será informado e, após cumprir o solicitado dentro de 7 (sete) dias, o pedido voltará à análise da diretoria;
- b) Se aberta sindicância para apuração de eventual fraude, o procedimento será concluído no prazo máximo de 60 (sessenta) dias. Se apurada a fraude o benefício será negado e informado o associado da decisão, que é irreversível;
- c) Se indeferida a solicitação, será informado o associado da decisão, que é irreversível.

**Parágrafo 1º** - Se deferida a solicitação de benefício, o associado será informado para cumprir as seguintes providências, dentro de um prazo de 90 (noventa) dias:

- a) Firmar procuração pública outorgando poderes amplos em favor do representante legal da Associação em relação ao veículo cadastrado;
- b) Apresentar certidão negativa de débitos ou comprovante de pagamento do IPVA e seguro obrigatório, em atraso e/ou referente ao exercício vigente, independente da data do vencimento, do veículo a ser indenizado;
- c) Apresentar certidão negativa de débitos ou comprovante de pagamento de eventuais multas existentes sobre o veículo a ser indenizado;
- d) Em caso de existirem multas em fase de recurso sobre o veículo a ser indenizado o associado deverá quitá-las;
- e) Entrega do certificado de registro do veículo - CRV original;
- f) Caso o veículo possua alienação fiduciária, reserva de domínio ou qualquer outra obrigação, vencida ou vincenda, que impeça a sub-rogação e/ou transferência do perdido à Associação, o associado deverá efetuar a quitação da obrigação e baixar a restrição antes de solicitar o benefício.

**Parágrafo 2º** - A quitação de obrigações, vencidas ou vincendas, que ensejem restrições de transferência ou sub-rogação sobre o veículo (alienação fiduciária, reserva de domínio etc.) é de exclusiva responsabilidade do associado, não estando em nenhum momento a Associação responsável por esse pagamento.

**Parágrafo 3º** - De comum acordo e respeitando o fluxo de caixa da Associação, esta poderá efetuar a quitação referida no parágrafo 2º e descontar da indenização devida.

**Parágrafo 4º** - Nos casos do parágrafo 3º, o associado será o único responsável pelo envio do boleto à Associação, a fim de que esta realize a quitação, não sendo a Associação responsável por eventuais erros e/ou informações falsas constantes no documento.

**Parágrafo 5º** - Enquanto o associado não apresentar toda a documentação requerida, não se terá como concluído o requerimento de benefício e, por consequência lógica, não iniciará a contagem de prazo para indenização do veículo.



**Parágrafo 6º** - Acaso extrapole qualquer dos prazos referidos nesta Seção, o associado perderá o direito ao benefício requerido.

**Artigo 73** - Após apresentada toda documentação solicitada, a Associação terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias para efetuar o pagamento da indenização devida, podendo fazê-lo de uma só vez ou parcelado, de acordo com as suas condições econômicas.

**Parágrafo 1º** - Caso o veículo furtado ou roubado seja recuperado antes que a Associação tenha indenizado o associado por este evento, o veículo recuperado será entregue ao associado, que nada mais terá a reclamar.

**Parágrafo 2º** - Em caso de recuperação do veículo furtado ou roubado, após o pagamento da indenização pela Associação, o veículo recuperado será vendido e o produto da venda integrará o fundo BRPM.

### CAPÍTULO III - TERCEIROS

#### SEÇÃO I - COMO PROCEDER EM CASO DE ACIDENTE<sup>29</sup> QUE GEROU AVARIAS NO VEÍCULO DE TERCEIRO ENVOLVIDO

**Artigo 74** - Nos casos de acidente que cause avarias no veículo de terceiro, causado por culpa do veículo cadastrado no BRPM, o associado deverá entrar em contato com a Associação, pelo telefone 0800 191 0400, no prazo máximo de 2h após do ocorrido, salvo comprovada impossibilidade de fazê-lo e, neste momento, o associado receberá informações de como proceder.

**Parágrafo 1º** - Em caso de não comunicação no prazo acima estipulado, o associado perderá o direito ao BRPM para terceiro não culpado pelo evento não comunicado.

**Parágrafo 2º** - Além da comunicação descrita no *caput* deste artigo, o associado deverá acionar a autoridade policial para comparecimento no local do acidente, sob pena de perda do direito ao benefício, salvo comprovada impossibilidade de acionamento.

#### SEÇÃO II - COMO REQUERER O BRPM PARA O TERCEIRO NÃO CULPADO

**Artigo 75** - Como já mencionado, após o evento danoso, o associado deverá entrar em contato com a Associação via telefone para receber orientações de como proceder no momento do evento. Após essa primeira etapa, o associado deverá entrar em contato com a Associação por meio do whatsapp ou comparecer até a sede da Associação ou uma de suas unidades de atendimento, juntamente com o terceiro não culpado envolvido no acidente, para dar entrada na solicitação de benefício para terceiro não culpado, no prazo máximo e improrrogável de 7 (sete) dias, contados a partir da data do evento, sob pena de perda do direito ao benefício.

---

<sup>29</sup> Assim compreendido, para fins deste Regimento, a colisão ou abalroamento entre veículos automotores, a colisão ou abalroamento do veículo cadastrado em bem semovente e a capotagem do veículo cadastrado.



**Parágrafo 1º** - É considerado como terceiro não culpado apenas o proprietário do veículo envolvido no acidente.

**Parágrafo 2º** - Em nenhuma hipótese será aceito o condutor, locatário ou comandatário como proprietário para requerer ou receber o benefício, salvo se munido de procuração pública com fins específicos.

**Parágrafo 3º** - Ao solicitar o benefício por meio do whatsapp da Associação ou comparecer na sede da Associação ou uma de suas unidades de atendimento, o associado irá preencher o termo “solicitação de benefício”, em que constará a síntese do ocorrido e se anexará os documentos necessários para concessão do benefício, quais sejam:

- a) Formulário com a solicitação do benefício fornecido pela Associação, preenchido pelo associado e terceiro;
- b) Boletim de ocorrência de acidente de trânsito;
- c) Fotos dos veículos envolvidos no local do acidente;
- d) Habilitação do condutor do veículo do associado no momento do acidente;
- e) Se o condutor do veículo do associado no momento do acidente for pessoa diversa do associado, apresentar também CPF, RG e telefone do condutor;
- f) Habilitação do condutor do veículo do terceiro não culpado no momento do acidente;
- g) Se o condutor do veículo do terceiro não culpado no momento do acidente for pessoa diversa do proprietário do veículo, apresentar também CPF e RG do proprietário do veículo.

**Parágrafo 4º** - A Associação, a seu critério, poderá requerer depoimento de passageiros do veículo no momento do acidente ou qualquer outra documentação necessária para elucidação do ocorrido e/ou para averiguar se o associado não incorreu, em nenhuma hipótese, em situações que ensejam a perda do direito ao benefício requerido;

**Parágrafo 5º** - Enquanto o associado e o terceiro não apresentarem toda a documentação requerida, não se terá como concluída a solicitação de benefício e, por consequência lógica, não iniciará a contagem de prazo para reparo do veículo.

**Parágrafo 6º** - A Associação, baseada nos critérios associativo e mutualista, poderá solicitar outros documentos para elucidação dos fatos, sendo que a negativa injustificada do associado ou terceiro para apresentá-los acarretará na perda do direito ao benefício requerido.

**Artigo 76** - Após solicitar o benefício por meio do whatsapp da Associação ou comparecer na sede da Associação ou em um de seus pontos de atendimento, para firmar o termo de abertura de evento, deverá apresentar toda a documentação referida acima no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar do momento do ocorrido, sob pena de perda do direito ao benefício;

**Artigo 77** - Apresentada toda a documentação acima, a solicitação de benefício será levada a análise da Diretoria que poderá, dentro de um prazo de 7 (sete) dias, deferir a



solicitação, requerer mais documentos, esclarecimentos ou depoimentos, abrir sindicância interna para apuração de eventual fraude ou indeferir a solicitação.

- a) Se solicitado novos documentos, esclarecimentos ou depoimentos o associado será informado e, após cumprir o solicitado dentro de 7 (sete) dias, o pedido voltará à análise da diretoria;
- b) Se aberta sindicância para apuração de eventual fraude, o procedimento será concluído no prazo máximo de 60 (sessenta) dias. Se apurada a fraude o benefício será negado e informado o associado da decisão, que é irrecorrível;
- c) Se indeferida a solicitação, será informado o associado da decisão, que é irrecorrível.

**Parágrafo 1º** - Se deferida a solicitação de benefício, o terceiro será informado para apresentar o veículo à Associação, ou realizar 3 (três) orçamentos em oficinas credenciadas, conforme for solicitado pela associação, no prazo máximo de 7 (sete) dias, sob pena de perda do direito ao benefício.

**Parágrafo 2º** - Uma vez apresentado o veículo no prazo estipulado, inicia-se o terceiro passo do BRPM, em que o veículo passará por uma avaliação dos danos causados para definição sobre o reparo ou indenização total do veículo cadastrado.

**Parágrafo 3º** - A Associação possui 30 (trinta) dias para efetuar a avaliação do veículo e comunicar o terceiro de sua decisão sobre o reparo ou indenização total.

**Parágrafo 4º** - Em caso de a Associação concluir pelo reparo, informará o terceiro de sua decisão juntamente com o orçamento de reparo, e neste momento o terceiro poderá optar por reparar o veículo na oficina indicada pela Associação ou oficina de sua confiança.

**Parágrafo 5º** - Se o terceiro optar por reparar o veículo em oficina de sua exclusiva confiança, a Associação indenizará o terceiro, com anuência do associado, no valor do menor orçamento de reparo obtido dentre as oficinas prestadoras de serviços cadastradas na Associação, ficando sob sua responsabilidade eventuais custos excedentes.

**Parágrafo 6º** - No caso de o terceiro optar por reparar o veículo em oficina de sua exclusiva confiança, o associado continuará obrigado ao pagamento da quota de participação, quando for o caso, que poderá ser pago via boleto dentro de um prazo de 30 (trinta) dias da sua emissão, ou poderá ser deduzido do valor de indenização.

**Parágrafo 7º** - No caso de o terceiro optar pelo reparo em oficina indicada pela Associação, quando for o caso, será gerado boleto com o valor referente a quota de participação em nome do associado, que deverá ser pago dentro de um prazo de 30 (trinta) dias da sua emissão, sendo que o conserto somente será autorizado após o seu devido pagamento.

**Parágrafo 8º** - A critério da Associação, poderá ser autorizado o pagamento referente à quota de participação diretamente na oficina responsável pelo reparo, no entanto,

somente será autorizado o reparo após firmado termo para autorização e responsabilidade do pagamento da quota de participação diretamente na oficina reparadora.

**Parágrafo 9º** - Em nenhuma hipótese, mesmo que o veículo esteja sob garantia do fabricante, o associado ou terceiro poderão exigir que o veículo seja levado a reparo em oficina não cadastrada sob custas e responsabilidade da Associação, isto porque, pelos princípios associativo e mutualista, todos os associados devem primar pela maior economia possível, haja vista a divisão de prejuízos materiais, e por isso tal situação acabaria por onerar demasiadamente o grupo de associados integrantes do BRPM.

**Parágrafo 10º** - Na realização do reparo em oficina prestadora de serviço cadastradas e/ou indicada pela Associação serão utilizadas, preferencialmente, peças usadas originais de boa qualidade e/ou peças novas paralelas de boa qualidade, em nenhuma hipótese o associado e/ou terceiro poderão exigir a utilização de peças originais no reparo do veículo.

**Parágrafo 11º** - O prazo para reparo do veículo terceiro será de 120 (cento e vinte) dias após a entrada do veículo na oficina reparadora. Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, em caso de complexidade do reparado ou falta de peças de reposição.

**Parágrafo 12º** - Quando a associação concluir pela indenização total do veículo ao invés do reparo, o prazo para pagamento será de 120 (cento e vinte dias) após o recebimento de toda a documentação exigida nos casos de perda total.

### SEÇÃO III - COMO PROCEDER EM CASO DE ACIDENTE<sup>30</sup> EM QUE GEROU A PERDA TOTAL DO VEÍCULO DO TERCEIRO

**Artigo 78** - Após a apresentação do veículo, em caso de a Associação definir pela indenização total, o associado e o terceiro serão informados e nesta informação conterà se o veículo a ser indenizado será sucateado ou reparado para venda a terceiros.

**Parágrafo Único** - Após informado da indenização total, o associado e o terceiro deverão firmar termo específico para o referido benefício, por meio do whatsapp da Associação ou comparecendo na sede da Associação ou em um de seus pontos de atendimento, no prazo máximo de 7 (sete) dias.

**Artigo 79** – Para fazer jus à indenização total, após firmar termo específico para o referido benefício, o terceiro não culpado deverá apresentar a seguinte documentação, dentro de um prazo de 90 (noventa) dias:

- a) Firmar procuração pública em favor do representante da Associação outorgando poderes para venda e reparo do salvado;

---

<sup>30</sup> Assim compreendido, para fins deste Regimento, a colisão ou abalroamento entre veículos automotores, a colisão ou abalroamento do veículo cadastrado em bem semovente e a capotagem do veículo cadastrado.

- b) Apresentar certidão negativa de débitos ou comprovante de pagamento do IPVA e seguro obrigatório, em atraso e/ou referente ao exercício vigente, independente da data do vencimento, do veículo a ser indenizado;
- c) Apresentar certidão negativa de débitos ou comprovante de pagamento de eventuais multas existentes sobre o veículo a ser indenizado;
- d) Em caso de existirem multas em fase de recurso sobre o veículo a ser indenizado o terceiro deverá quitá-las;
- e) Entrega do certificado de registro do veículo - CRV original;
- f) Caso o veículo possua alienação fiduciária, reserva de domínio ou qualquer outra obrigação, vencida ou vincenda, que impeça a sub-rogação e/ou transferência do salvado ou sucateado à Associação, o terceiro deverá efetuar a quitação da obrigação e baixar a restrição antes de solicitar o benefício;
- g) Se sucateado, o terceiro deverá apresentar a baixa do veículo.

**Parágrafo 1º** - A quitação de obrigações, vencidas ou vincendas, que ensejem restrições de transferência ou sub-rogação sobre o veículo (alienação fiduciária, reserva de domínio etc.) é de exclusiva responsabilidade do terceiro, não estando em nenhum momento a Associação responsável por esse pagamento.

**Parágrafo 2º** - De comum acordo e respeitando o fluxo de caixa da Associação, esta poderá efetuar a quitação referida no parágrafo 1º e descontar da indenização devida.

**Parágrafo 3º** - Nos casos do parágrafo 2º, o terceiro será o único responsável pelo envio do boleto à Associação, a fim de que esta realize a quitação, não sendo a Associação responsável por eventuais erros e/ou informações falsas constantes no documento.

**Parágrafo 4º** - A baixa do veículo sucateado é de exclusiva responsabilidade do terceiro, não estando em nenhum momento a Associação responsável por esse procedimento.

**Parágrafo 5º** - Enquanto o terceiro não apresentar toda a documentação requerida, não se terá como concluído o requerimento de benefício e, por consequência lógica, não iniciará a contagem de prazo para indenização do veículo.

**Parágrafo 6º** - Acaso extrapole qualquer dos prazos referidos nesta Seção, o associado e o terceiro perderão o direito ao benefício requerido.

**Artigo 80** - O prazo para pagamento da indenização do veículo terceiro será de 120 (cento e vinte) dias após o recebimento de toda a documentação exigida.

#### SEÇÃO IV - COMO PROCEDER QUANDO FOR DEMANDADO JUDICIALMENTE PELO TERCEIRO NÃO CULPADO

**Artigo 81** – Aos associados que aderirem ao benefício de repartição dos prejuízos materiais – BRPM e vierem a ser processados judicialmente por terceiro não culpado, há o dever de comunicar tal fato de forma expressa à associação e/ou realizar a



denúnciação da lide no feito judicial, na forma do art. 125, inciso II, do Código de Processo Civil.

**Parágrafo 1º** - O associado que não der ciência à associação e/ou não denunciar à lide na forma do *caput*, perderá direito ao benefício de proteção contra terceiro.

**Parágrafo 2º** - Pelos princípios do associativismo e mutualismo, todos os associados devem primar pela maior economia possível, haja vista a divisão de prejuízos materiais, de modo que ausência de comunicação e/ou denúnciação à lide da associação - a fim de que possa adotar a melhor estratégia jurídica, de maneira consensual ou contenciosa -, acabaria por onerar demasiadamente o grupo de associados integrantes do BRPM.

#### **CAPÍTULO IV - SITUAÇÕES EM QUE O ASSOCIADO PERDERÁ O DIREITO AO BENEFÍCIO DA REPARTIÇÃO DE PREJUÍZOS MATERIAIS - BRPM**

**Artigo 82** - Além das demais disposições já constantes no corpo deste regimento, são situações em que o associado **perderá o direito ao BRPM**:

- I. Nos casos em que o motorista do veículo cadastrado no BRPM, logo após acidente, venha a se evadir do local antes da chegada da autoridade policial ou guincho disponibilizado pela Associação;
- II. Nos casos em que o motorista do veículo cadastrado no BRPM, logo após o acidente, abandone o veículo, independentemente de agravamento ou não dos danos;
- III. Nos casos em que o terceiro envolvido no acidente, em conluio com o associado, efetuar o pagamento da quota de participação no lugar do associado para que este assuma a culpa pelo acidente;
- IV. Nos casos em que o associado, isoladamente ou em conluio com terceiros, omitir, alterar ou mentir<sup>31</sup> sobre fatos ocorridos no evento quando da confecção do boletim de ocorrência e/ou solicitação do benefício;
- V. Nos casos em que, sendo o veículo utilizado como lotação, esteja na data do acidente sem licença de funcionamento emitida pela autoridade competente;
- VI. Nos casos em que no ato do acidente danoso o veículo esteja com excesso de carga;
- VII. Nos casos em que no ato do acidente o veículo esteja com excesso de passageiros;
- VIII. Nos casos em que após a vistoria no veículo, o associado não cumpra as ressalvas estipuladas pela associação;
- IX. Nos casos em que for retirado do veículo cadastrado o rastreador/localizador, ou outro equipamento/dispositivo de segurança instalado, sem prévia autorização da Associação e/ou da empresa prestadora do serviço;
- X. Nos casos em que o acidente envolver o veículo cadastrado no BRPM e veículo(s) de propriedade de pessoa(s) com parentesco por consaguinidade e/ou afinidade, até o terceiro grau, com o associado ou o motorista no ato do evento ou o proprietário do veículo;

<sup>31</sup> São exemplos de omissão, alteração ou mentira que podem gerar a negativa do benefício requerido, entre outras: Local do evento, horário do evento, trajeto do evento, motorista do momento do evento, pessoas envolvidas no evento, motivo pelo qual não comunicou a Associação no momento do evento etc.

- XI. Nos casos em que o acidente ocorrer entre veículos de mesma propriedade, estando um ou ambos cadastrados no BRPM;
- XII. Nos casos em que, após a vistoria, forem alteradas as características do veículo cadastrado no BRPM;
- XIII. Nos casos em que o acidente ocorrer enquanto o veículo cadastrado no BRPM estiver sendo rebocado/guinchado por veículo diverso do indicado pela Associação;
- XIV. Nos casos em que o acidente ocorrer quando o veículo cadastrado no BRPM transitar por estradas ou caminhos impedidos, proibidos ou não abertos ao tráfego;
- XV. Nos casos em que na data do acidente ou evento o associado estiver com sua contribuição mensal em atraso, nos termos deste Regimento Interno;
- XVI. Nos casos em que o associado se desvincular, por vontade própria ou exclusão, dos quadros da Associação, ocasião em que perderá, no ato de sua retirada, o direito aos benefícios ainda não recebidos, mesmo que o fato tenha ocorrido no período de adimplência;
- XVII. Nos casos em que o associado, que tenha o equipamento também cadastrado em outra cooperativa, associação ou seguradora, solicitar e/ou receber benefício pelo mesmo acidente ou evento já deferido/coberto por estas;
- XVIII. Nos casos em que o motorista do veículo cadastrado no BRPM estacionar o veículo afastado da guia da calçada (meio-fio) a mais de um metro e causar o acidente (artigo 181, inciso III, CTB);
- XIX. Nos casos em que o motorista do veículo cadastrado no BRPM estacionar o veículo na área de cruzamento de vias, prejudicando a circulação de veículos e pedestres e causar acidente (artigo 181, inciso XII, CTB);
- XX. Nos casos em que o motorista do veículo cadastrado no BRPM estacionar o veículo nos viadutos, pontes e túneis e causar acidente (artigo 181, inciso XIV, CTB);
- XXI. Nos casos em que o motorista do veículo cadastrado no BRPM estacionar o veículo em aclave ou declive, não estando devidamente freado e sem calço de segurança, quando se tratar de veículo com peso bruto total superior a 3,5 mil kg, e causar acidente (artigo 181, inciso XVI, CTB);
- XXII. Nos casos em que o motorista do veículo cadastrado no BRPM parar o veículo, sem motivo justificável, sobre a pista de rolamento das estradas, das rodovias, das vias de trânsito rápido e das demais vias dotadas de acostamento e causar acidente (artigo 182, inciso V, CTB);
- XXIII. Nos casos em que o motorista do veículo cadastrado no BRPM transitar pela contramão em vias com duplo sentido de circulação (excetuados os casos de manobra de ultrapassagem em local permitido) e causar acidente (artigo 186, inciso I, CTB);
- XXIV. Nos casos em que o motorista do veículo cadastrado no BRPM seguir veículo em serviço de urgência (como a ambulância), estando este com prioridade de passagem identificada pela sirene, e causar acidente (artigo 190, CTB);
- XXV. Nos casos em que o motorista do veículo cadastrado no BRPM desobedecer às ordens emanadas da autoridade competente de trânsito ou de seus agentes e causar acidente (artigo 195, CTB);
- XXVI. Nos casos em que o motorista do veículo cadastrado no BRPM conduzir o veículo sem ter sido submetido à inspeção de segurança veicular, quando obrigatória e causar acidente (artigo 230, inciso VIII, CTB);

- XXVII. Nos casos em que o motorista do veículo cadastrado no BRPM conduzir o veículo sem equipamento obrigatório ou estando este ineficiente ou inoperante e causar acidente (artigo 230, inciso IX, CTB);
- XXVIII. Nos casos em que o motorista do veículo cadastrado no BRPM conduzir o veículo com equipamento obrigatório em desacordo com o estabelecido pelo Contran e causar acidente (artigo 230, inciso X, CTB);
- XXIX. Nos casos em que o motorista do veículo cadastrado no BRPM conduzir o veículo com equipamento ou acessório proibido e causar acidente (artigo 230, inciso XII, CTB);
- XXX. Nos casos em que o motorista do veículo cadastrado no BRPM transitar com o veículo com suas dimensões ou carga superior aos limites estabelecidos legalmente ou pela sinalização, sem autorização e causar acidente (artigo 231, inciso IV, CTB);
- XXXI. Nos casos em que o motorista do veículo cadastrado no BRPM transitar com o veículo em desacordo com a autorização especial, expedida pela autoridade competente para transitar com dimensões excedentes, ou quando a mesma estiver vencida e causar acidente (artigo 231, inciso VI, CTB);
- XXXII. Nos casos em que o motorista do veículo cadastrado no BRPM dirigir veículo sem possuir habilitação e causar o acidente (artigo 162, inciso I, CTB);
- XXXIII. Nos casos em que o motorista do veículo cadastrado no BRPM dirigir veículo com habilitação cassada ou com suspensão do direito de dirigir e causar acidente (artigo 162, inciso II, CTB);
- XXXIV. Nos casos em que o motorista do veículo cadastrado no BRPM dirigir veículo com habilitação de categoria diferente da do veículo que esteja conduzindo e causar acidente (artigo 162, inciso III, CTB);
- XXXV. Nos casos em que o motorista do veículo cadastrado no BRPM dirigir veículo com validade da habilitação vencida há mais de 30 dias e causar acidente (artigo 162, inciso V, CTB);
- XXXVI. Nos casos em que o motorista do veículo cadastrado no BRPM dirigir veículo sem usar lentes corretoras de visão, aparelho auxiliar de audição, de prótese física ou as adaptações do veículo impostas por ocasião da concessão ou da renovação da licença para conduzir e causar acidente (artigo 162, inciso VI, CTB);
- XXXVII. Nos casos em que o motorista do veículo cadastrado no BRPM dirigir sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência e causar acidente (artigo 165, CTB);
- XXXVIII. Nos casos em que o motorista do veículo cadastrado no BRPM recusar-se a ser submetido a teste, exame clínico, perícia ou outro procedimento que permita certificar influência de álcool ou outra substância psicoativa após ter ocorrido um acidente (artigo 165-A, CTB);
- XXXIX. Nos casos em que o motorista do veículo cadastrado no BRPM disputar corrida ou racha e causar acidente (artigo 173, CTB);
- XL. Nos casos em que o motorista do veículo cadastrado no BRPM utilizar-se de veículo para demonstrar ou exibir manobra perigosa, mediante arrancada brusca, derrapagem ou frenagem com deslizamento ou arrastamento de pneus e causar acidente (artigo 175, CTB);
- XLI. Nos casos em que o motorista do veículo cadastrado no BRPM transitar pela contramão de direção em vias com sinalização de regulamentação de sentido único de circulação e causar acidente (artigo 186, inciso II, CTB);

- XLII. Nos casos em que o motorista do veículo cadastrado no BRPM ultrapassar outro veículo pelo acostamento ou em interseções e passagens de nível e causar acidente (artigo 202, CTB);
- XLIII. Nos casos em que o motorista do veículo cadastrado no BRPM ultrapassar pela contramão outro veículo nas pontes, viadutos ou túneis e causar acidente (artigo 203, inciso III, CTB);
- XLIV. Nos casos em que o motorista do veículo cadastrado no BRPM executar operação de retorno nas interseções, entrando na contramão de direção da via transversal e causar acidente (artigo 206, inciso IV, CTB);
- XLV. Nos casos em que o motorista do veículo cadastrado no BRPM avançar o sinal vermelho do semáforo e causar acidente (artigo 208, CTB);
- XLVI. Nos casos em que o motorista do veículo cadastrado no BRPM transpor, sem autorização, bloqueio viário policial e causar acidente (artigo 210, CTB);
- XLVII. Nos casos em que o motorista do veículo cadastrado no BRPM dirigir o veículo com apenas uma das mãos por estar manuseando telefone celular e causar acidente (artigo 252, parágrafo único, CTB).

#### **CAPÍTULO V - EVENTOS QUE O BENEFÍCIO DA REPARTIÇÃO DE PREJUÍZOS MATERIAIS NÃO ABRANGE**

**Artigo 83** – Além das demais disposições já constantes no corpo deste regimento, são eventos/danos **não cobertos** pelo BRPM:

- I. Furto ou Roubo facilitado (exemplo não taxativo: deixar a chave no veículo);
- II. Furto ou Roubo apenas de roda(s) e/ou pneu(s);
- III. Furto, roubo e/ou avarias/danos apenas de acessórios (pertenças e/ou partes integrantes);
- IV. Furto, roubo e/ou avarias/danos de equipamentos acessórios do veículo, tais como: macaco hidráulico, chave de roda, triângulo, extintores ou qualquer tipo de blindagem etc.;
- V. Apropriação indébita<sup>32</sup> do veículo cadastrado no BRPM, de seus acessórios (pertenças e/ou partes integrantes) e equipamentos acessórios (macaco hidráulico, chave de roda, triângulo, extintores ou qualquer tipo de blindagem etc.);
- VI. Calço hidráulico<sup>33</sup>, bem como qualquer outra avaria ou dano ocasionado ao veículo proveniente deste;
- VII. Avarias e danos causados ao motor ou à caixa de direção, relacionados ou não com o evento (acidente ou incêndio);
- VIII. Avarias e danos ao equipamento GNV, mesmo que devidamente instalado e legalizado;

<sup>32</sup> Apropriar consiste em inverter a propriedade de um bem quando a posse ou detenção exercida pelo agente criminoso esteja desvigiada, ou seja, exercida por empréstimo ou confiança. Em suma, o agente tem a posse ou detenção legítima da coisa e, após, passa a agir com o ânimo de não mais devolvê-la, isto é, a intenção posterior de se tornar dono do bem. (vide artigo 168 do Código Penal Brasileiro). Exemplo não taxativo: Caso o associado alugue ou empreste o veículo cadastrado no BRPM a terceiro e este não devolva o bem.

<sup>33</sup> Calço hidráulico é uma situação que ocorre em motores a pistão, ocasionado por entrada de água ou acumulação de óleo no interior da câmara de combustão, impedindo o pistão de comprimir a mistura no seu interior, ocasionando um travamento abrupto e consequente empeno ou ruptura das bielas.

- IX. Avarias e danos causados ou decorrentes de atos de autoridade pública, salvo para evitar propagação de danos cobertos;
- X. Avarias e danos decorrentes ou causados por colisão ou abalroamento a muros, portões, construções etc. sem a interferência determinante de um veículo de terceiro ou semovente;
- XI. Avarias e danos decorrentes ou casuados por ação/ataque de semoventes ao veículo cadastrado no BRPM;
- XII. Avarias e danos decorrentes ou causados por enchentes e alagamentos, salvo nos casos em que o associado optar pelo plano em que há cobertura (anexos I e II);
- XIII. Avarias e danos decorrentes ou causados por atos de hostilidade ou guerra, tumultos, motins, comoção civil, sabotagem e/ou vandalismo que gerem danos ao veículo cadastrado no BRPM;
- XIV. Avarias e danos ocasionados ou decorrentes de poluição, contaminação ou vazamento de resíduos causados pelo associado, beneficiário, proprietário ou condutor do veículo;
- XV. Avarias e danos sem relação com as nuances e características do evento coberto;
- XVI. Avarias e danos existentes anteriormente à filiação junto a Associação, conforme constatado no termo de vistoria ou comprovado de outra forma;
- XVII. Avarias e danos causados ao veículo por incêndio decorrente ou causado pelo mal funcionamento, curto-circuito ou sobrecarga da parte elétrica do próprio veículo;
- XVIII. Avarias e danos causados à carga transportada pelo veículo cadastrado no BRPM;
- XIX. Avarias e danos decorrentes ou causados pela carga transportada pelo veículo cadastrado no BRPM;
- XX. Avarias e danos decorrentes ou causados ao ou pelo veículo ou equipamento rebocado pelo veículo cadastrado no BRPM;
- XXI. Avarias e danos causados em eventos ocorridos dentro de propriedade particular, com exceção das vias e áreas de estacionamento dos condomínios constituídos por unidades autônomas e as vias e áreas de estacionamento de estabelecimentos privados de uso coletivo;
- XXII. Avarias e danos decorrentes ou ocorridos durante a participação do veículo em competições, apostas, provas de velocidade e/ou treinos preparatórios em nível clandestino, amador e/ou profissional;
- XXIII. Avarias e danos decorrentes ou ocasionados ao veículo devido ao período fora de funcionamento (parado), tais como bateria descarregada, acumulação de borra no motor etc.;
- XXIV. Avarias e danos materiais decorrentes de evento que não sejam exclusivamente os danos ocasionados ao veículo associado ou do terceiro;
- XXV. Lucros cessantes decorrentes, direta ou indiretamente, da paralisação do veículo associado ou do terceiro, mesmo quando em consequência de evento coberto pela proteção do veículo;
- XXVI. Diárias pelo período sem utilização do veículo associado ou do terceiro, mesmo quando em consequência de evento coberto pela proteção do veículo;
- XXVII. Pensionamento diário, mensal, anual e/ou vitalício decorrente de morte, lesão permanente e/ou incapacidade laboral, funcional e/ou motora, quaisquer que sejam os membros e/ou órgãos, ao associado e/ou terceiro.
- XXVIII. Danos pessoais de qualquer natureza, incluindo despesas médicas, danos morais, salvo nos casos em que o associado optar pelo plano em que há cobertura (anexos I

- e II), danos estéticos, ao associado e/ou a terceiros, mesmo quando em consequência de evento coberto pela proteção do veículo;
- XXIX. Danos materiais (emergentes e lucros cessantes) e pessoais de qualquer natureza (despesas médicas, danos moral e estético etc.) causados a passageiros do veículo associado ou do terceiro, mesmo quando em consequência de evento coberto pela proteção do veículo;
- XXX. Despesas com taxas, vistoria etc. em razão de avarias e danos à placa de identificação veicular e/ou em razão do procedimento de alteração ao novo sistema Mercosul;
- XXXI. Despesas e procedimentos para regularização do veículo que tenha sofrido danos de média monta<sup>34</sup> e/ou revisão/recurso da classificação definida pelo agente de trânsito;
- XXXII. Despesas com guincho solicitado pela autoridade policial e/ou com o recolhimento do veículo em pátio próprio ou de terceiros;
- XXXIII. Despesas com guincho solicitado pelo associado diverso ao do enviado ou disponibilizado pela Associação.
- XXXIV. Despesas com o depósito do veículo em pátio ou qualquer outro local diverso do disponibilizado ou informado pela Associação.
- XXXV. Despesas e/ou prejuízos por suposta desvalorização do veículo cadastrado no BRPM decorrente de acidente, remarcação do chassi ou conserto/reparo realizado;
- XXXVI. Despesas e/ou prejuízos decorrentes ou causados por desgaste natural ou pelo uso;
- XXXVII. Despesas e/ou prejuízos decorrentes ou causados por vícios e/ou defeitos de fabricação, mecânicos ou da instalação elétrica do veículo, vibrações, corrosão, ferrugem, umidade etc.;
- XXXVIII. Despesas, prejuízos, multas e/ou fianças impostas ao associado decorrentes ou relacionadas a ações e/ou processos cíveis e criminais envolvendo o evento a ser coberto.

**Parágrafo Único** - Todos os casos referidos acima se aplicam a veículos de terceiros não culpados que se envolvam em qualquer evento com o veículo cadastrado no BRPM.

**Artigo 84** – Veículos com as especificações abaixo não estarão protegidos ou cobertos pelo BRPM:

- I. Com placa inexistente ou irregularidade no emplacamento;
- II. Com RENAVAM inválido
- III. Com chassi adulterado ou transplantado;
- IV. Com chassi desalinhado ou com ferrugem;
- V. Com a gravação dos vidros com numeração divergente da numeração do chassi;
- VI. Com pneus com desgastes acentuados (carecas) ou recapados que comprometam a segurança do veículo;
- VII. Importado sem gravação VIN Brasil (número de identificação do veículo);
- VIII. Com impedimento, restrições ou mandado de busca e apreensão ou ordem de apreensão judicial;

---

<sup>34</sup> Quando o veículo sinistrado for afetado nos seus componentes mecânicos e estruturais, envolvendo a substituição de equipamentos de segurança especificados pelo fabricante e que, uma vez reconstituídos, possa voltar a circular.

- IX. Sem o equipamento tacógrafo, ou com ele quebrado, quando obrigatório;
- X. Em mau estado de conservação, tendo por parâmetro a verificação da vistoria inicial;
- XI. Com motor turbo não original e/ou com a potência do motor alterada;
- XII. Transformado<sup>35</sup>;
- XIII. Com torre do amortecedor trincada quando não relacionado com o evento danoso a ser coberto;
- XIV. Com longarina/monobloco trincado ou quebrado quando não relacionado ao evento danoso a ser coberto.
- XV. Para utilização como trio elétrico;
- XVI. Para transporte de valores;
- XVII. Para transporte de carga perigosa ou inflamável.

## **CAPÍTULO VI – DISPOSIÇÕES FINAIS AO BRPM**

**Artigo 85** - Para requerer os benefícios previstos no Título IV, em caso de falecimento do associado e/ou do terceiro não culpado, será necessário:

- a) Apresentar comprovação de que o direito ao benefício requerido foi incluso no rol de bens do associado falecido, haja vista o direito ao benefício ser um bem deixado a inventariar;
- b) Apresentar o termo de inventariante do espólio do associado e/ou do terceiro, para que a Associação possa saber quem é a pessoa responsável por requerer e/ou receber tal benefício.

**Artigo 86** - Em caso de abertura de sindicância ou investigação por Autoridade Policial em relação a evento (roubo, furto ou incêndio proveniente ou não de acidente) envolvendo veículo cadastrado no BRPM, os procedimentos e prazos de indenização ou reparo previstos no Título IV ficarão suspensos até a conclusão do procedimento investigatório pela Autoridade Policial.

**Parágrafo Único** - No caso especificado no *caput*, se a investigação policial concluir pela inocência dos envolvidos, os procedimentos e prazos para indenização ou reparo continuarão de onde pararam, sem que o associado tenha direito a qualquer indenização ou reparação pelo período de suspensão, que não foi causado pela Associação.

**Artigo 87** - Somente terão direito aos benefícios da Associação os associados que, em ocorrendo evento danoso ao veículo cadastrado, registrem boletim de ocorrência no dia do evento, salvo em caso de comprovada justificativa.

## **TÍTULO V - DA VIGÊNCIA DO BENEFÍCIO**

**Artigo 88** - O associado passará a gozar dos benefícios oferecidos pela Associação a partir da 00h01min do dia posterior ao total preenchimento dos requisitos estipulados para cada benefício, inclusive e principalmente, após o pagamento da contribuição mensal referente ao benefício aderido.

---

<sup>35</sup> Criação de um novo veículo a partir de um veículo fabricado em escala comercial.



**Artigo 89** - Para manter o direito aos benefícios, o associado deverá efetuar o pagamento da mensalidade até a data de seu vencimento.

**Parágrafo Único** – Após 05 (cinco) dias corridos de atraso da contribuição social, contados da data do vencimento, o associado perderá o direito aos benefícios oferecidos pela Associação a partir das 23h59min desse mesmo dia.

**Artigo 90** – No caso do parágrafo único do artigo anterior, para voltar a ter direito aos benefícios, o associado terá que submeter o veículo cadastrado a uma nova vistoria, voltando a ter direito aos benefícios a partir da 00h01min do dia posterior a efetivação da vistoria e pagamento da mensalidade em atraso.

**Parágrafo Único** – As despesas com a nova vistoria serão de responsabilidade do associado, podendo ser reduzida ou isenta a critério da diretoria.

**Artigo 91** - Eventos ocorridos no período de inadimplência, em que o associado não possuía direito ao benefício, não serão cobertos após o pagamento da mensalidade.

## **TÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS**

### **CAPÍTULO I - PRINCÍPIOS DO ASSOCIATIVISMO (BOA-FÉ OBJETIVA E COLABORAÇÃO MÚTUA ENTRE ASSOCIADOS)**

**Artigo 92** - A Associação não se responsabiliza por qualquer depreciação sofrida no veículo protegido pelo BRPM após a adesão, em especial em relação à informação lançada no CRLV e no CRV, conforme determina a RESOLUÇÃO Nº 544, DE 19 DE AGOSTO DE 2015 expedida pela CONTRAN. Esta é derivada única e exclusivamente de acidentes de trânsito, não tendo a Associação qualquer vínculo ou responsabilidade quanto ao lançamento realizado e a consequente depreciação do veículo.

**Parágrafo 1º** - Caso ocorra alguma depreciação no veículo protegido em face do lançamento da informação do dano no CRLV e CRV, não caberá à Associação qualquer responsabilidade, visto se tratar de imposição legal cuja responsabilidade é tão somente vinculada ao proprietário do veículo.

**Parágrafo 2º** – Este dispositivo também se aplica para veículos de terceiros que se envolvam em qualquer evento com o veículo cadastro no BRPM.

### **CAPÍTULO II - DA SUB-ROGAÇÃO DE DIREITOS**

**Artigo 93** – Uma vez conferido o benefício ao associado, a Associação se sub-roga, nos limites do valor respectivo, nos direitos e ações que competirem ao associado contra o responsável pelo dano.

**Parágrafo 1º** - A simples comprovação do pagamento do benefício ao associado servirá como termo de sub-rogação, nos limites do valor respectivo, sem maiores formalidades.



**Parágrafo 2º** - É ineficaz qualquer ato do associado que diminua ou extinga, em prejuízo da associação, os direitos a que se refere a sub-rogação proveniente da concessão do benefício.

### **CAPÍTULO III - DO CANAL DE ATENDIMENTO (DADOS PESSOAIS)**

**Artigo 94** - O associado poderá realizar a solicitação dos direitos previstos no Estatuto Social com relação aos seus dados pessoais por escrito, *WhatsApp*, *e-mail*, *website* ou qualquer outro meio que atinja seu fim, excluindo-se apenas requisições verbais.

**Artigo 95** - Ao receber a solicitação do associado, a Associação analisará a licitude e legitimidade da solicitação e, de forma fundamentada, acatará ou negará o pedido.

**Artigo 96** - Caso seja necessário, haverá a solicitação de informações específicas pela Associação para confirmar a titularidade do associado e/ou, quando possível, se procederá à confirmação de seus dados por meio da ficha de cadastro, a fim de que as respostas não sejam divulgadas a qualquer pessoa que não tenha legitimidade para recebê-las.

**Artigo 97** - Poderá ocorrer o armazenamento, em forma de registro, do histórico das requisições de direitos que o associado realizou, para que a Associação possa, se necessário, apresentá-lo às autoridades competentes como prova de que respondeu em tempo hábil e de maneira adequada, conforme a legislação estabelece.

**Artigo 98** - Recebida a solicitação e confirmada a titularidade do associado, a Associação responderá em até 15 (quinze) dias, ou outro prazo estipulado por determinação legal ou regulamento específico, acerca da confirmação da existência ou acesso aos dados pessoais e/ou dados pessoais sensíveis.

**Artigo 99** - O pedido realizado poderá ser negado integralmente em algumas das seguintes situações:

- a) Preservação da propriedade intelectual da Associação ou de terceiros;
- b) Violação de direitos e liberdades de terceiros;
- c) As informações estão anonimizadas e, portanto, não são dados pessoais;
- d) Cumprimento de obrigação legal e/ou regulatória;
- e) Legítimo interesse da Associação;
- f) O associado fez requisições repetitivas, reiteradas e/ou excessivas.

**Parágrafo Único** - Se porventura for necessário algum esclarecimento e/ou informação sobre a requisição, a Associação poderá realizar questionamentos ao associado, a fim de que ocorra um retorno efetivo, de modo que o prazo de resposta estará suspenso desde o envio de tais dúvidas até o recebimento.

### **CAPÍTULO IV - PERÍODO DE VIGÊNCIA E VALIDADE DESTE REGIMENTO INTERNO**



**Artigo 100** - O presente regimento interno entra em vigor na presente data, revogando por completo disposições contidas em outros regimentos anteriormente registrados, obrigando o aqui disposto aos antigos e futuros associados.

**Artigo 101** - Este Regimento Interno foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de maio de 2022 e foi assinado pelo Sr. VITOR HUGO ZAPELINI DE PIERI, Presidente desta Associação, pelo Sr. FERNANDO AUGUSTO MARCON secretário desta Associação e pelo Dr. LUCIANO FERMINO KERN, OAB/SC 32.218, advogado responsável pelo ato.

Tubarão/SC, 23 de maio de 2022.



Kern & Oliveira  
OAB/SC: 1.880      ADVOGADOS ASSOCIADOS

**ANEXO I**

BENEFÍCIOS OFERECIDOS	PLANOS – AUTOMÓVEL			
	P1	P2	P3	P4
Clube de Descontos	Benefício Incluso	Benefício Incluso	Benefício Incluso	Benefício Incluso
Assistência 24h - Guincho em caso de acidente, roubo ou furto	Ilimitado	Ilimitado	Ilimitado	Ilimitado
Assistência 24h - Guincho em caso de pane seca, elétrica ou mecânica	4 utilizações a cada 12 meses - até 400km cada utilização	4 utilizações a cada 12 meses - até 400km cada utilização	4 utilizações a cada 12 meses - até 400km cada utilização	4 utilizações a cada 12 meses - até 400km cada utilização
Assistência 24h Serviço de chaveiro	1 utilização a cada 12 meses	1 utilização a cada 12 meses	1 utilização a cada 12 meses	1 utilização a cada 12 meses
Auxílio táxi/uber/garupa	Até R\$ 100,00 - 1 utilização a cada 12 meses	Até R\$ 100,00 - 1 utilização a cada 12 meses	Até R\$ 100,00 - 1 utilização a cada 12 meses	Até R\$ 100,00 - 1 utilização a cada 12 meses
Carro reserva para veículos de valor acima de R\$ 30.000,00 <sup>36</sup>	10 dias	10 dias	10 dias	10 dias
Proteção parabrisas, vidros laterais e traseiros	70% - 1 utilização a cada 12 meses	70% - 1 utilização a cada 12 meses	70% - 1 utilização a cada 12 meses	75% - 1 utilização a cada 12 meses
Proteção roubo/furto	Indenização até 100% Fipe	Indenização até 100% Fipe	Indenização até 100% Fipe	Indenização até 100% Fipe
Proteção danos decorrentes de acidente	Indenização até 100% Fipe	Indenização até 100% Fipe	Indenização até 100% Fipe	Indenização até 100% Fipe
Proteção incêndio decorrente de acidente	Indenização até 100% Fipe	Indenização até 100% Fipe	Indenização até 100% Fipe	Indenização até 100% Fipe
Proteção danos decorrentes de eventos naturais	Indenização até 100% Fipe	Indenização até 100% Fipe, com exceção dos casos de alagamentos e enchentes, que não possui cobertura	Indenização até 100% Fipe, com exceção dos casos de alagamentos e enchentes, que não possui cobertura	Indenização até 100% Fipe, com exceção dos casos de alagamentos e enchentes, que não possui cobertura
Proteção veículos terceiros para veículos cadastrados de valor acima de R\$ 30.000,00	Até R\$ 100.000,00	Até R\$ 100.000,00	Até R\$ 100.000,00	Até R\$ 100.000,00
Indenização por dano moral em favor de terceiro	Até R\$ 10.000,00	Até R\$ 10.000,00	Até R\$ 10.000,00	Não possui
Auxílio Funeral	Até R\$ 2.000,00	Até R\$ 2.000,00	Até R\$ 2.000,00	Até R\$ 3.000,00

<sup>36</sup> Veículos com finalidade de aluguel, táxi, utilizados para transporte de mercadorias ou de uso comercial em geral, transporte de passageiros ou utilização em aplicativos (Uber, 99, Cabify, Easy, Lyft, BlaBla Car, Wappa, Ifood etc.) não estão inclusos.

**ANEXO II**

BENEFÍCIOS OFERECIDOS	PLANOS – CAMIONETA E CAMINHONETE			
	P1	P2	P3	P4
Clube de Descontos	Benefício Incluso	Benefício Incluso	Benefício Incluso	Benefício Incluso
Assistência 24h - Guincho em caso de acidente, roubo ou furto	Ilimitado	Ilimitado	Ilimitado	Ilimitado
Assistência 24h - Guincho em caso de pane seca, elétrica ou mecânica	4 utilizações a cada 12 meses - até 400km cada utilização	4 utilizações a cada 12 meses – até 400km cada utilização	4 utilizações a cada 12 meses - até 400km cada utilização	4 utilizações a cada 12 meses- até 400km cada utilização
Assistência 24h Serviço de chaveiro	1 utilização a cada 12 meses	1 utilização a cada 12 meses	1 utilização a cada 12 meses	1 utilização a cada 12 meses
Auxílio táxi/uber/garupa	Até R\$ 100,00 - 1 utilização a cada 12 meses	Até R\$ 100,00 - 1 utilização a cada 12 meses	Até R\$ 100,00 - 1 utilização a cada 12 meses	Até R\$ 100,00 - 1 utilização a cada 12 meses
Carro reserva para veículos de valor acima de R\$ 30.000,00 <sup>37</sup>	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui
Proteção parabrisas, vidros laterais e traseiros	70% - 1 utilização a cada 12 meses	70% - 1 utilização a cada 12 meses	70% - 1 utilização a cada 12 meses	75% - 1 utilização a cada 12 meses
Proteção roubo/furto	Indenização até 100% Fipe	Indenização até 100% Fipe	Indenização até 100% Fipe	Indenização até 100% Fipe
Proteção danos decorrentes de acidente	Indenização até 100% Fipe	Indenização até 100% Fipe	Indenização até 100% Fipe	Indenização até 100% Fipe
Proteção incêndio decorrente de acidente	Indenização até 100% Fipe	Indenização até 100% Fipe	Indenização até 100% Fipe	Indenização até 100% Fipe
Proteção danos decorrentes de eventos naturais	Indenização até 100% Fipe	Indenização até 100% Fipe, com exceção dos casos de alagamentos e enchentes, que não possui cobertura	Indenização até 100% Fipe, com exceção dos casos de alagamentos e enchentes, que não possui cobertura	Indenização até 100% Fipe, com exceção dos casos de alagamentos e enchentes, que não possui cobertura
Proteção veículos terceiros para veículos cadastrados de valor acima de R\$ 30.000,00	Até R\$ 100.000,00	Até R\$ 100.000,00	Até R\$ 100.000,00	Até R\$ 100.000,00
Indenização por dano moral em favor de terceiro	Até R\$ 10.000,00	Até R\$ 10.000,00	Até R\$ 10.000,00	Não possui
Auxílio Funeral	Até R\$ 2.000,00	Até R\$ 2.000,00	Até R\$ 2.000,00	Até R\$ 3.000,00

<sup>37</sup> Veículos com finalidade de aluguel, táxi, utilizados para transporte de mercadorias ou de uso comercial em geral, transporte de passageiros ou utilização em aplicativos (Uber, 99, Cabify, Easy, Lyft, BlaBla Car, Wappa, Ifood etc.) não estão inclusos.